Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP

Family Farming and Sustainable Development at the CPLP

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

REPÚBLICA PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP

Family Farming and Sustainable Development at the CPLP

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

4
Prefácio
Foreword
Luís Capoulas Santos

10
Introdução
Introduction
Fernando Oliveira Baptista

16
A Agricultura Familiar na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
Family Farming in the Strategy for Food Security and Nutrition of the Community of Portuguese Speaking Countries (ESAN-CPLP)
Francisco Sarmento

20
A Década da Agricultura Familiar nas Nações Unidas
The Decade for Family Farming in the United Nations
Francesco Pierri
Guilherme Brady

26
Declaração sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais
Declaration of the Rights of Peasants and other People Working in Rural Areas
Nardi Suxo

30
Agricultura Familiar: uma aposta para acelerar a implementação da Campanha "Juntos contra a fome" nos Países Africanos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
Family Farming: a bet for the faster implementation of the Campaign "Together against hunger" in the CPLP African countries
Josefa Leonel Sacko

36
As Diretrizes de políticas para a agricultura familiar na CPLP: significado e desafios
Guidelines for family farming policies in the CPLP: meaning and challenges
Caio França

42
Estratégia para a Agricultura Familiar em Angola
Strategy for Family Farming in Angola
Ermelinda Caliengue

48
Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil
Policies for Family Farming in Brazil
Hur ben Corrêa da Silva

54
Projecto: "Intercâmbio de Experiências e Diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar entre Brasil e Moçambique"
Project: "Exchange of experiences and Dialogue between Brazil and Mozambique on Family Farming Public Policies"
Sandra Silva

60
Estatuto da Agricultura Familiar: um marco irreversível no desenvolvimento rural
The Family Farming Statute: an irreversible mark on the rural development
Miguel Freitas

64
A patrimonialização de Sistemas Agrícolas na CPLP
The patrimonialization of Agricultural Systems in the CPLP
Joana Dias

70
Qualidade Diferenciada como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe
Differentiated Quality as a Strategy for Sustainable Development in Sao Tome and Principe
Celso Pontes

76
A Construção de um Mercado de Produtos de Qualidade Diferenciada na CPLP
The Construction of a Market for Differentiated Quality Products in the CPLP
Pedro Alves

82
O papel das Universidades na ESAN-CPLP e no apoio à Agricultura Familiar
The role of universities in the ESAN-CPLP and in support of Family Farm
Maria Rita Marques de Oliveira

Prefácio

Foreword

Luís Capoulas Santos

Ministro da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural do Governo português

Minister of Agriculture, Forestry and Rural Development of Portuguese Government

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acordada em 2015 no âmbito da ONU, constitui um compromisso e uma oportunidade fundamental, à escala mundial, para acabar com a fome no mundo, que atinge ainda 820 milhões de pessoas. Na CPLP existem cerca de 19 milhões de cidadãos que padecem de fome (representando ainda 7% da sua população).

A CPLP é um espaço com uma língua, uma matriz sociocultural e um passado de vivência comuns, traduzido na miscigenação da sua população e numa diversificação geográfica global que lhe confere uma aptidão única para entender o Mundo e uma enorme capacidade de relacionamento com outras nações e blocos geopolíticos.

As principais causas da subnutrição são a pobreza e a falta de alimentos e a agricultura é o setor de atividade que pode proporcionar, de forma mais imediata, um alívio desta situação e preparar um futuro melhor, através:

• do aumento da produção alimentar ,e

• de uma melhoria do rendimento das populações

A Agricultura Familiar assume uma importância fundamental pois pode contribuir de forma eficaz para a resolução dos problemas de segurança alimentar através do aumento do nível global de autossuficiência alimentar junto das populações pobres. Por outro lado, a Agricultura

The 2030 Agenda for Sustainable Development, adopted in 2015 by the United Nations, represents a worldwide commitment and a crucial opportunity to end world hunger, which in 2017 still affected 820 million people. There are still about 19 million CPLP citizens afflicted by hunger (representing 7% of its population).

The CPLP is a community with a common language, a socio-cultural background and a shared past experience, translated into the miscegenation of its population and a global geographical diversification that provide it with a unique capacity to understand the world and a great ability to relate with other nations and geopolitical blocks.

The main causes of malnutrition are poverty and the lack of available food and agriculture is the sector of activity that can bring more immediate relief to these problems while preparing a better future by:

• increasing food production and

• improving the income of the population.

In this field, Family Farming is crucial since it can effectively contribute to solving food security problems by increasing the overall level of food self-sufficiency among poor populations. On the other hand,

Familiar desempenha também um papel fundamental na fixação das populações, na manutenção da paisagem, na estruturação do tecido e na coesão social e territorial das zonas rurais.

A consciência de que a Agricultura Familiar tem um papel capital a desempenhar e que necessita de ser mais apoiada através de políticas públicas, tem suscitado várias iniciativas à escala mundial visando o desenvolvimento global desse entendimento. São exemplo a declaração de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar e a recente Declaração pela ONU da Década da Agricultura Familiar 2019 – 2028, lançada pela Costa Rica e subscrita por Angola, Cabo Verde e Portugal ao nível da CPLP.

Visando reforçar a melhoria da segurança alimentar e erradicar a fome, os Chefes de Estado aprovaram em 2011 a Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP, em que a Agricultura Familiar surge como um pilar fundamental para resolução desta problemática.

A Estratégia e Segurança Alimentar Nutricional da CPLP constitui pois um projeto pioneiro de combate à fome e má nutrição em todos os países do mundo lusófono, sendo a primeira experiencia alargada deste tipo que mereceu o reconhecimento e apoio da FAO. As "Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP" aprovadas em de 2017 em Brasília, constituem um testemunho deste esforço conjunto.
A realização conjunta com a CPLP e a FAO, da Reunião de Alto Nível CPLP sobre Agricultura Familiar (RANAF), em Fevereiro de 2018 em Lisboa, pretendeu ser um contributo para uma maior visibilidade do projeto lusófono comum e

Family Farming also plays a key role in settling people, maintaining the landscape, structuring the economic fabric and promoting social and territorial cohesion in rural areas.

The realisation that Family Farming has a key role to play and needs to be further supported through public policies has led to a number of global initiatives aimed at promoting this perception globally. Examples include the declaration of 2014 as the International Year of Family Farming and the recent UN Declaration of the Decade of Family Farming in 2019-2028, launched by Costa Rica and supported by Angola, Cape Verde and Portugal at the CPLP level.

In order to strengthen food security and eradicate hunger, in 2011 the CPLP Heads of State approved their Strategy for Food and Nutrition Security, where Family Farming emerges as a key element in solving this problem.

The CPLP Strategy for Food and Nutrition Security is therefore a pioneer project to combat hunger and malnutrition in all countries of the Portuguese-speaking world, and it is the first such experience to be recognised and supported by FAO. The "Guidelines for Support and Promotion of Family Farming in the CPLP Member States", adopted in June 2017 in Brasilia, bear witness to this joint effort.
The joint organisation by the CPLP and FAO of the CPLP High Level Meeting on Family Farming (RANAF), in February 2018 in Lisbon, was intendedto

uma chamada de atenção para o importante papel que a Agricultura Familiar deve desempenhar na resolução dos problemas de segurança alimentar e de nutrição.

Com a realização da RANAF foi possível reunir um vasto conjunto de atores, desde Ministros da Agricultura e representantes dos Governos dos Países membros da CPLP, o DG FAO, uma representação do FIDA, uma representação da União Africana, os Embaixadores da Bolívia e da Costa Rica, os participantes dos parceiros da Sociedade Civil, do Sector Privado e os parceiros das Universidades, todos empenhados na discussão da temática das políticas públicas a favor da Agricultura Familiar.

O resultado da RANAF, consubstanciou-se na aprovação e assinatura da "Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar" que vincula os poderes públicos e os parceiros da CPLP no desenvolvimento das políticas de favorecimento da Agricultura Familiar. A assinatura da Carta de Lisboa pela Valorização da Agricultura Familiar constituiu um passo em frente na concretização da nossa Estratégia comum para acabar com a fome no espaço lusófono, tão depressa quanto possível, afirmando a nossa capacidade conjunta de realização e confirmando a valia do projeto CPLP.

A presente publicação pretende ser um testemunho do que se passou em Lisboa em prol da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, na senda da resolução dos problemas de segurança alimentar e nutricional na CPLP, desejando que possa servir de exemplo e frutificar também noutras zonas do globo.

contribute to a greater visibility of this common Portuguese-speaking project and to call attention to the important role Family Farming must play in solving food security and nutrition problems.

The RANAF was able to bring together a wide range of actors, including Ministers of Agriculture and representatives of the Governments of CPLP Member Countries, the FAO's Director General, an IFAD delegation, an African Union delegation, the Ambassadors of Bolivia and Costa Rica, participants from the civil society, private sector partners and university partners, all of whom engaged in a fruitful discussion of public policies in favour of Family Farming.

The outcome of RANAF consisted in the approval and adoption of the "Lisbon Charter for the Strengthening of Family Farming", which binds public authorities and CPLP partners to the development of policies favouring Family Farming. The signing of this Lisbon Charter was a step forward in the implementation of our common strategy to end hunger in the Portuguese language community as quickly as possible, by affirming our joint achievement capacity and confirming the value of the CPLP project.

This publication is intended to bear witness to what happened in Lisbon to promote Family Farming and food and nutritional security, as a means to solving these problems in the CPLP, while hoping that it can be used as an example and bear fruit in other parts of the world.

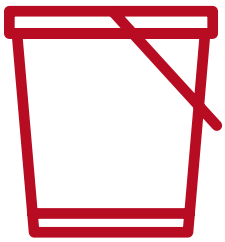
Introdução

Introduction

Fernando Oliveira Baptista

Instituto Superior de Agronomia/
Universidade de Lisboa

Instituto Superior de Agronomia/
Universidade de Lisboa



Este livro teve origem numa reunião sobre agricultura familiar, organizada em Lisboa, no âmbito das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em que, a nível oficial, foi aprovado, e assinado, um documento que estabelece um compromisso governamental "pela agricultura familiar". Foi uma reunião que, de algum modo, já vinha a ser preparada no quadro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, em que participam elementos "da sociedade civil, do sector privado, das universidades, dos parlamentos e do poder local". Todo este empenho evidencia um esforço continuado, e muito meritório, de promover a cooperação dos países em torno do apoio à agricultura familiar. Cabe ainda referir que o renovado interesse por esta agricultura é indissociável das mensagens e iniciativas decorrentes do Ano Internacional que, em 2014, lhe foi dedicado por proposta e com o estímulo da FAO.

Os textos reunidos nesta publicação explicitam de modo claro a importância das unidades agrícolas familiares, tanto para os que nelas vivem e trabalham, como para o conjunto da sociedade. Da sua leitura ressaltam também dimensões institucionais e organizativas que é necessário considerar para que estas unidades sejam beneficiadas por adequadas e indispensáveis políticas públicas.

This book originated in a meeting on family agriculture, organized in Lisbon, within the framework of the activities of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). At this meeting, a document establishing the Government's commitment to "family farming" was approved and signed. Somehow, this gathering was already under preparation within the framework of the CPLP Food Security and Nutrition Council, involving elements "of civil society, the private sector, universities, parliaments, and local government." All this engagement highlights a continued effort, and a very worthwhile one, to promote cooperation between countries regarding the support of family farming. We should also notice that the renewed interest in this agriculture is inseparable from the messages and initiatives arising from the International Year of Family Farming, dedicated in 2014 by the proposal and with the encouragement of FAO.

The texts collected in this publication clearly explain the importance of the family farming units for both the people living and working in them and for society as a whole. The articles also emphasize the institutional and organizational dimensions that must be

Apesar desta confluência de objetivos e preocupações, as abordagens não são coincidentes e, como seria de esperar, refletem as situações nacionais, o que, por um lado, favorece um olhar comparativo mas, por outro, indicia muitos dos acertos ainda a fazer para concretizar a cooperação entre os países.

A análise destes dois últimos aspetos implica uma breve reflexão sobre os contornos da agricultura familiar. No modo como foi considerada no Ano Internacional, remeteu-se para cada país a definição de critérios para a sua delimitação. Nos países – como os da CPLP – em que tem grande peso social o amplo setor das unidades assentes no trabalho familiar, muitas delas fragilizadas e proporcionando más condições de vida, a fronteira tendeu a estabelecer-se pelo tipo de trabalho: de um lado, as unidades em que predomina o trabalho da família; do outro, todas as restantes, ou seja, tanto o pequeno patrão como a grande empresa. Já no caso de alguns países mais desenvolvidos, assume-se que aquela designação abrange tanto as unidades assentes em trabalho familiar, mesmo que muito modernizadas e competitivas no mercado, como as explorações patronais correspondentes a negócios de família.

Assim, nestes dois conjuntos de países, que se tomam como exemplo, seguem-se normas distintas e, sobretudo, as realidades agrícolas são muito desiguais devido à distância entre as estruturas produtivas e as condições de vida no espaço rural. Ignorar estas diferenças – ainda que cobertas por designações idênticas – pode conduzir a grandes equívocos, tanto na apreciação do panorama agrícola, como no ajuste de formas de cooperação.

Acresce, ainda, que nos próprios países em que se tomou como critério o trabalho familiar, este amplo setor tem, em geral, uma grande diferenciação interna, que vai do agricultor modernizado e inserido no mercado, às famílias com escassez de terra, com meios de produção muito débeis e em situação de pobreza. Estas são, em quase todos os casos, largamente maioritárias e não podem ser esquecidas, como sucede frequentemente, quando o foco da ação governativa se centra sobretudo na modernização tecnológica da agricultura assente no trabalho familiar.

considered so that these units may benefit from adequate and indispensable public policies. Despite this confluence of objectives and concerns, the approaches are not coincident and, as one would expect, they reflect national situations which, on the one hand, favors a comparative look but, on the other, suggests many of the adjustments are yet to be done so that cooperation between countries may be achieved.

The analysis of these last two aspects implies a brief reflection on the contours of family farming. According to the decision made in the International Year of Family Farming, each country defined the criteria for its delimitation. In countries such as the CPLP's, the sector of the units based on family labor has a critical social weight, with many of them at risk and providing poor living conditions. In such countries, there was a tendency to establish the limits according to the type of work: on the one hand, the units in which family labor predominates; on the other, all the rest, that is to say, both the small employer and the big companies. In the case of some developed countries, we assume that this designation covers both units based on family labor – even though very modernized and competitive on the markets-, and employers' holdings, corresponding to a family business.

Thus, in these two sets of countries, taken as an example, there are different standards and, especially, the agricultural realities are unequal due to the distance between the productive structures and living conditions in rural areas. Ignoring these differences – even if covered by identical designations – can lead to big mistakes both in assessing the agricultural landscape and in the setting of forms of cooperation.

Also, in the countries where family labor was a criterion, this broad sector generally has a significant internal differentiation that goes from the modernized farmer, inserted in the market, to families with land scarcity, with minimal means of production and in a situation of poverty. These are, in almost every case, the vast majority and cannot be forgotten, as happens frequently, when the focus of government action goes mainly to the technological modernization of agriculture based on family labor.

Um reconhecimento mais generalizado de que, no plano da produção, não há uma agricultura, mas grupos distintos de unidades produtivas, com diferentes lógicas económicas e sociais, e distintas relações com os territórios, foi sem dúvida um contributo relevante do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Mas, para o tornar mais influente nos caminhos do desenvolvimento e do combate à pobreza, tem de ser aprofundado, em cada realidade e situação, para além de uma primeira segmentação, que pode não captar as especificidades relevantes para encontrar soluções eficazes.
Convém também esclarecer que os agricultores familiares não são bons – seja na relação com o meio ambiente e o território, seja no empenho pela coesão social – pela sua natureza mas apenas pelas circunstâncias em que vivem e produzem. A história, nos países desenvolvidos, da passagem dos camponeses a agricultores familiares, tecnologicamente muito avançados e com grande dimensão económica, documentou-o claramente. Ora, em muitas regiões, para vencer a miséria e a pobreza é forçoso modificar as circunstâncias de vida e trabalho, o que pode conduzir a que seja também necessário acautelar, com políticas adequadas, algumas das consequências de novas formas de produzir induzidas pelas alterações ocorridas.

Muitos dos textos destacam, com ênfase, o lugar incontornável das políticas públicas para a necessária melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias. Num deles especifica-se mesmo que "O desafio atual é tirar as Diretrizes do papel". E depois acrescenta-se: com "inovações institucionais e legais e políticas específicas". Estas recomendações são decisivas. De facto, os agricultores familiares e o combate à pobreza são dos domínios de intervenção estatal em que, em muitos países, é mais flagrante a distância entre a retórica das proclamações e a concretização efetiva das medidas. Vencer este desacerto passa seguramente pela identificação dos beneficiários mas, sobretudo, por desenhar medidas compatíveis com os sistemas de produção e as expectativas das famílias, e pela execução das políticas ser confiada a instituições e técnicos que percebam, e aceitem, as características sociais, económicas e produtivas dos agricultores familiares.

A relevant contribution from the International Year of Family Farming was the broader recognition that, concerning production, there isn't just a type of agriculture but distinct groups of productive units, with different economic and social rationales, and distinguished relations with the territories. However, to make it more influential in the paths of development and combating poverty, it has to be deepened, in every reality and situation, beyond an initial segmentation, which may not capture the specifics relevant to finding practical solutions.
It should also be clear that family farmers are not good – concerning the environment and the territory, or in their commitment to social cohesion – by nature, but only by the circumstances in which they live and produce. The history, in developed countries, of the passage from peasants to family farmers, technologically very advanced and with a substantial economic dimension, clearly documented it. However, in many regions, to overcome misery and poverty we must modify the circumstances of life and work, which can lead to also being necessary to safeguard, with appropriate policies, some of the consequences of the new ways to produce induced by the changes.

Many of the texts emphasize the essential place of public policies for the necessary improvement of living and working conditions of the families. One specifies that "the current challenge is to make the guidelines leave the drawing board." Moreover, it adds: "through institutional and legal innovations and specific policies." These recommendations are crucial. Family farmers and the fight against poverty are among the areas of state intervention in which, in many countries, the distance between the rhetoric of proclamations and the actual implementation of the measures is most striking. Overcoming this mistake inevitably goes through the identification of beneficiaries but, above all, by designing rules compatible with the systems of production and the expectations of the families, and by the execution of the policies entrusted to institutions and technicians who understand and accept the social, economic and productive characteristics of family farmers.

Ainda um último apontamento. Nesta coletânea, em muitos dos artigos, ressaltam as múltiplas facetas da realidade camponesa e da agricultura familiar, que, embora articuladas e interdependentes, têm, algumas delas, existências relativamente autónomas, ou seja, da alteração numa delas não resultam necessariamente modificações nas outras. Assim, por exemplo, muitas das intervenções no domínio da economia não contribuíram para alterar a situação da mulher nas comunidades rurais. Neste campo, como se salienta nalguns dos textos, são necessárias iniciativas específicas e determinadas.

No âmbito da CPLP, antes foram publicadas as "Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP" (2017). Agora, com este livro, consagra-se a aceitação de que esta tem um carácter diferenciado e avança-se na procura de soluções e vias de colaboração. Falta ainda o terceiro passo: levar as ideias e propostas ao terreno, para benefício das populações.

One final note: in this collection, many of the articles emphasize the multiple dimensions of the peasant reality and family farming, which, although articulated and interdependent, have some relatively autonomous existence, that is to say, changes in one of them do not necessarily result in changes in the others. For example, many of the interventions in the economic field have not contributed to changing the situation of women in rural communities. In this area, as emphasized in some of the texts, specific initiatives are needed.

Within the CPLP, Guidelines for the support and promotion of family farming" were preveriously published (2017). With this book, it is clear that Family Farming has a different character and we now advance in the search for solutions and ways of collaboration. There is still a third step: to bring ideas and proposals to the field, for the benefit of the people.

A Agricultura Familiar na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Family Farming in the Strategy for Food Security and Nutrition of the Community of Portuguese Speaking Countries

Francisco Sarmento

Chefe do Escritório de Informação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em Portugal e junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Head of the Information Office of the Food and Agriculture Organization of the United Nations for Portugal and Community of Portuguese Speaking Countries

Os Estados-Membros que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) possuem níveis de desenvolvimento económico e social diferentes, estão inseridos em dinâmicas regionais distintas nos continentes a que pertencem e gerem, também, distintos níveis de desenvolvimento da sua agricultura familiar.

A criação recente de um conjunto de ferramentas institucionais para melhor tratar o tema da agricultura familiar nos Estados-Membros da Comunidade deriva, entre outras razões, do maior reconhecimento do seu papel fundamental na seguranca alimentar e nutricional nacional, na sua resiliência face aos impactos das alterações climáticas e na sua contribuição para a coesão social. O reconhecimento da sua acrescida importância num contexto de globalização do sistema alimentar reside, também, na maior prioridade conferida a estes atores ao nível internacional e regional, em particular e no contexto em análise, pela Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) [1].

Será importante salientar que a importância atribuída pela ESAN-CPLP à agricultura familiar (no seu terceiro eixo) está mais ligada ao aumento da produção de

1. Mais informações disponíveis em: https://www.cplp.org/id-4755.aspx

The Member States of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) have different levels of economic and social development, are inserted in regional dynamics on different continents, and also, manage different levels of family farming.

The recent development of a set of institutional tools to better deal with the theme of family farming in the Member States of the Community also comes from the increased recognition of its crucial role in the national food security and nutrition, of its resilience to tackle the impacts of climate change and of its contribution to social cohesion. The recognition of its increased importance in a context of globalization of the food system also resides in the higher priority given to these actors at the regional and international level, particularly within the context of the Food Security and Nutrition Strategy (ESAN-CPLP) [1].

It is relevant to note that the importance given by the ESAN-CPLP to family farming (on its third axis) connects to the increase in food production more than to other areas, including the ecosystemic services provided. This arises from the greater consensus still

1. *More information available on* https://www.cplp.org/id-4755.aspx

alimentos do que a outras áreas, incluindo serviços eco sistémicos prestados. Isto deriva do maior consenso ainda existente entre os decisores políticos da maioria dos Estados-Membros da CPLP sobre a necessidade de aumentar a produtividade nos sistemas agrícolas tradicionais e, por consequência, a produção nacional total. Uma visão compreensível face à histórica baixa produtividade da agricultura tradicional, em particular nos países africanos da Comunidade. A importância qualitativa da produção familiar não é subestimada na ESAN-CPLP no contexto atual, caracterizado pela assustadora emergência de diversas doenças relacionadas com a alimentação.

A ESAN-CPLP estimula a construção de sistemas alimentares mais justos, equitativos e sustentáveis, ligando a importância de aumentar a produtividade na maioria dos países africanos (e também em Timor-Leste e sistemas periféricos no Brasil e em Portugal) com a importância de promover ativamente dietas sustentáveis, em particular e, através de redes de proteção social, para os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional. Por essa razão, o terceiro eixo da ESAN-CPLP – aumento da produção interna de alimentos pela agricultura familiar – dialoga com o segundo eixo, referente à proteção social e com o primeiro eixo, relativo à construção e/ou reforço da governança do sistema alimentar com a participação dos agricultores familiares.

Esta estratégia comum assenta, assim, num modelo de governança que confere máxima prioridade política ao tema e à participação dos agricultores familiares. Assenta igualmente no apoio ativo do Estado ao pleno desenvolvimento deste setor e na criação de redes de proteção social vinculadas que contribuem para a valorização dos produtos dos agricultores familiares. Por outras palavras, a agricultura familiar está na base de todos os eixos da ESAN-CPLP, sendo um elemento central da sua ação conjunta.
Por sua vez, esta centralidade deriva da análise efetuada às diferentes trajetórias de cada Estado-Membro da CPLP, à sua história comum e às prioridades atuais. Não será demais recordar que o Império português evoluiu criando zonas dominadas e dominantes, sendo a agricultura de exportação, os seus produtos e a mão-de-obra para o desenvolvimento da mesma, o fator determinante para

existing between policy makers from most Member States of the CPLP on the need to increase productivity in traditional agricultural systems and, consequently, in the total national production: a right view, considering the known low productivity of traditional agriculture, particularly in the African countries of the Community. The qualitative importance of the family production is addressed in the ESAN-CPLP in the current context, characterized by the frightful emergency of several illnesses related to food.

The ESAN-CPLP stimulates the construction of fairer, more equitable and more sustainable food systems, by connecting the priority of increasing productivity in the majority of the African countries (and also in East Timor, in peripheral systems in Brazil and Portugal) with the importance of actively promoting sustainable diets – especially and through networks of social protection, for the groups most vulnerable to food and nutrition insecurity. Therefore, the third axle of the ESAN-CPLP – the increase of the internal food production by family farming - dialogues with the second axle, related to social protection and with the first one, concerning the building and/or reinforcement of the food system governance, with the participation of family farmers.

Thus, this common strategy builds on a model of governance that gives top political priority to the issue and the participation of family farmers. It also relies on the State's active support for the full development of this sector and the creation of linked social protection networks that contribute to the promotion of products from family farming. In other words, family farming is the basis of all axes of ESAN-CPLP, being a central element of its joint action.
This centrality derives, in turn, from the analysis performed at the different trajectories of the CPLP Member States, their shared history and their current priorities. It is not difficult to remember that the Portuguese Empire evolved by the creation of dominant and dominated areas, with agriculture for export, and where its products and the manpower to its development was the determining factor for one

uma ou outra posição e para o atraso relativo no desenvolvimento da agricultura familiar em alguns países.
Ultrapassar uma trajetória de longo prazo exige persistência e tempo.
O instrumento normativo onde ancora a persistência existe desde 2011 é a ESAN-CPLP. Desde a sua aprovação, a Estratégia priorizou a criação de um Grupo de Trabalho multi-atores para a agricultura familiar (GTAF), o qual foi capaz de reunir os meios técnicos e financeiros para o diálogo e o desenvolvimento de um conjunto de Diretrizes para apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP. Uma vez aprovadas as Diretrizes, este grupo trabalhou para a concretização da Reunião de Alto-Nível sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP [2], que se realizou em Lisboa em 2018 e onde se aprovou um conjunto de passos prioritários para a sua implementação coordenada. Entre estes passos prioritários estão a necessidade de reconhecer os agricultores familiares em cada contexto nacional, de forma a aumentar a eficiência e eficácia das políticas a eles dirigidas e a importância de desenvolver um quadro legal e de políticas públicas para o seu fortalecimento.

A CPLP foi, assim, a primeira Comunidade de países, com realidades distintas e de diferentes continentes, a priorizar de forma clara, na sua cooperação multilateral e em cada contexto nacional, um conjunto de prioridades para o fortalecimento da agricultura familiar.
O tempo disponível para a materialização destas prioridades dependerá agora da maior ou menor capacidade de todas as partes interessadas continuarem ativamente a trabalhar, em cada contexto nacional, para transformar as fraquezas do passado em forças do presente.
A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) continuará certamente a apoiar este objetivo.

2. Mais informações disponíveis em: https://www.cplp.org/id-4896.aspx

or the other position (dominant/dominated) and for the relative delay in the development of family farming in some countries. Overcoming such a long-term trajectory requires persistence and time.
The standard-setting instrument where this persistence anchors exist since 2011: the ESAN-CPLP. Since its approval, the Strategy prioritized the creation of a multi-actor working group for family farming (FFWG), which was able to gather the technical and financial means for dialogue and the development of a set of guidelines for the support and promotion of Family Farming in the Member States of the CPLP. After the guidelines' approval, this group worked for the realization of the High-Level Meeting on Family Farming and Sustainable Development in the CPLP [2] held in Lisbon in 2018; where a set of priority steps for the coordinated implementation of those guidelines were approved. Among these priority steps are the need to recognize the family farmers in each national context, to increase the efficiency and effectiveness of the policies addressing them and the importance of developing a legal framework and public policy for this strengthening.

The CPLP was, thus, the first Community of countries with distinct realities and from different continents, to clearly emphasize, in its multilateral cooperation, and within each national context, a set of priorities for strengthening family farming.
The time available for the concretization of these priorities will now depend on the greater or lesser capacity of all stakeholders to continue working actively, in each national context, to transform the weaknesses of the past into present-day forces.
The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) will undoubtedly continue to support this goal.

2. *More information available on* https://www.cplp.org/id-4896.aspx

A Década da Agricultura Familiar nas Nações Unidas

The Decade of Family Farming in the United Nations

Francesco Pierri

Chefe da Unidade de Advocacia – Divisão de Parcerias e Cooperação Sul-Sul da FAO (DPS)

Head of the Advocacy Unit – Division of Partnerships and South-South cooperation of FAO (DPS)

Guilherme Brady

Líder da Equipa de Organizações da Sociedade Civil (DPS)

Civil Society Team leader (DPS)

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 821 milhões de pessoas passam fome[1]. Um dos maiores desafios atuais enfrentados globalmente é garantir que uma população crescente, que se estima que aumente para cerca de 10 mil milhões até 2050, tenha acesso a uma alimentação suficiente e adequada. O alcance da segurança alimentar e nutricional e a erradicação de todas as formas de desnutrição requerem uma abordagem holística que englobe a contribuição de diversos fatores, tais como a produtividade, a renda de quem produz, a resiliência dos sistemas alimentares e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos, bem como as políticas de proteção social.

A agricultura familiar é um setor importante na produção de alimentos em todo o mundo, desempenhando funções económicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais de grande valor. Cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo, em termos de valor[2] vêm da agricultura familiar, demonstrando a sua importância no alcance da segurança alimentar e nutricional para as gerações atuais

1. The State of Food Security and Nutrtition in the World, 2018 (FAO), disponível em http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf

2. The State of Food and Agriculture, 2014 (FAO) disponível em http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf

According to data from the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 821 million people are hungry[1]. One of the biggest challenges we face globally is to ensure that a growing population, projected to increase to about 10 billion by 2050, has access to sufficient and adequate food. Achieving food security and nutrition and the elimination of all forms of malnutrition require a holistic approach that encompasses the contribution of various factors such as productivity, producer's income, food systems' resilience and sustainable use of biodiversity and genetic resources, as well as social protection policies.

Family farming is an essential sector in food production around the world, performing economic, social, cultural, territorial and environmental high-value functions. About 80% of the food produced in the world – concerning value[2] – comes from family farming, revealing their importance to achieve food

1. The State of Food Security and Nutrition in the World, 2018 (FAO), available on http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf

2. The State of Food and Agriculture, 2014 (FAO) available on http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf

e futuras, mas também para a produção sustentável de alimentos com base numa gestão adequada dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade.

Contudo, dois terços dos pobres encontram-se nas áreas rurais, sendo a maioria agricultores e agricultoras familiares com pouco acesso aos meios de produção e aos mercados. Por isso, são necessárias políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a melhoria das condições de vida no meio rural, especialmente para as mulheres, que são o segmento mais vulnerável dessa camada.

Não há dúvida, portanto, de que erradicar a pobreza e a fome e cumprir a Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas dependem muito do desenvolvimento da agricultura familiar. Isto está posto claramente pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que 9 dos 17 ODS estabelecem uma ligação direta com o papel da agricultura familiar para a sua realização/consecução[3]. É no ODS2 – erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável – que os agricultores familiares são especificamente citados, sendo que uma das metas enfatiza a garantia do acesso igualitário à terra e a outros recursos financeiros por parte dos agricultores familiares, de forma a aumentar a sua produtividade e rendimento. Mas também se faz referência ao papel potencial da agricultura familiar noutros objetivos, como, por exemplo, na erradicação da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS1); na garantia de padrões de consumo e de produção sustentáveis (ODS12); na adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos (ODS13); na conservação e uso de forma sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (ODS14); na proteção, restauro e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gestão de forma sustentável das florestas, combate à desertificação, reversão da degradação dos solos e da perda de biodiversidade (ODS15).

3. Sustainable Development Goals, disponível em https://sustainabledevelopment.un.org/

and nutrition security for current and future generations; but also for the sustainable production of foods by proper management of natural resources and the preservation of biodiversity.

However, two-thirds of the poor live in rural areas, with most family farmers having little access to the means of production and markets. Therefore, public policies are needed for the development of family farming and for improving living conditions in rural areas, especially for women, who are the most vulnerable segment of this layer.

There is no doubt, therefore, that eradicating poverty and hunger and fulfilling the Sustainable Development Agenda of the United Nations depend heavily on the development of family farming. The previous is clearly stated by the sustainable development goals (SDG), as 9 out of 17 of them establish a direct link with the role of family farming in their accomplishment/achievement[3]. It is in the SGD2 – eradicate hunger, achieve food security, improve nutrition and promote sustainable agriculture – that farmers are specifically cited: one of the goals emphasizes the guarantee of equal access to land and other financial resources to family farmers to increase their productivity and income. However, it also refers to the potential role of family farming in other objectives, such as the eradication of poverty in all its forms everywhere (SDG1); in ensuring standards of sustainable consumption and production (SDG12); in the adoption of urgent measures to fight climate change and its impacts (SDG13); in the conservation and sustainable use of the oceans, seas and marine resources for sustainable development (SDG14); in the protection, restoration and promotion of sustainable use of terrestrial ecosystems; sustainable management of forests; combating desertification; reversal of soil degradation and loss of biodiversity (SDG15).

3. *Sustainable Development Goals, available on* https://sustainabledevelopment.un.org/

A Campanha pela Década da Agricultura Familiar (AIAF+10)

A 22 de dezembro de 2011, a 66.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, após uma longa campanha internacional liderada pelo Fórum Rural Mundial (FRM), declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF-2014), convidando a FAO a facilitar a implementação do AIAF-2014, em colaboração com Governos, Agências de Desenvolvimento Internacional, organizações de agricultores e outras organizações relevantes do sistema das Nações Unidas, bem como organizações não-governamentais relevantes [4].

Durante o ano de 2014 foram realizadas inúmeras iniciativas visando especificamente a promoção de políticas públicas com enfoque na agricultura familiar.

Um dos principais resultados do AIAF-2014 foi o múltiplo reconhecimento da Agricultura Familiar como forma de produção de alimentos, tanto no presente como no futuro, sendo considerado um setor essencial e efetivo no combate à fome e à desnutrição. A participação expressiva na celebração do AIAF-2014 de atores relevantes como organizações, instituições públicas, associações e centros de investigação fomentou a construção e promoção de políticas públicas em diversos países para promover a agricultura familiar.

Do AIAF-2014 resultou também a Plataforma de Conhecimento sobre Agricultura Familiar [5], uma plataforma digital, proposta e administrada pela FAO, que reúne informação abrangente e atualizada sobre agricultura familiar de todo o mundo, incluindo leis e regulamentos nacionais, políticas públicas, melhores práticas, dados e estatísticas relevantes, pesquisas, artigos e publicações. A Plataforma conta com a colaboração de agentes internacionais, como governos, agências das Nações Unidas, redes de agricultores familiares e organizações de investigação.

Após os resultados alcançados durante o AIAF-2014, ainda por iniciativa do FRM, iniciou-se uma campanha para propor a adoção da Década da Agricultura Familiar (AIAF+10) que, sob a liderança da Costa Rica, foi apresentada em outubro de 2017. Assinada inicialmente por 14 países

4. 66th Session General Assembly. International Year of Family Farming, 2014. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/724487?ln=en.

5. Disponível em: http://www.fao.org/family-farming/en.

The Campaign for the Decade of Family Farming (IYFF+10)

On December 22, 2011, the 66th session of the UN General Assembly – after a long international campaign led by the World Rural Forum (WRF) – declared 2014 as the International Year of Family Farming (IYFF-2014). FAO was requested to facilitate the implementation of the IYFF-2014, in collaboration with Governments, International development agencies, farmers' organizations, and other relevant organizations of the United Nations system, as well as relevant non-governmental organizations [4].

During 2014, numerous initiatives were carried out specifically aimed at the promotion of public policies focused on family farming.

One of the main results of the IYFF-2014 was the increased recognition of family farming as a mean of food production, both in the present and in the future, and as an essential and useful sector in the fight against hunger and malnutrition. The significant participation in the celebration of the IYFF-2014 of relevant actors such as organizations, public institutions, associations, and research centers, fostered the construction and the promotion of family farming public policies in several countries.

The IYFF-2014 also resulted in the Family Farming Knowledge Platform [5], a digital platform, proposed and managed by FAO, which brings together comprehensive and up-to-date information on family farming around the world, including national laws and regulations, public policies, best practices, relevant data and statistics, research, articles, and publications. The platform has the collaboration of international actors, such as Governments, United Nations agencies, family farmers' networks, and research organizations.

Following the results achieved during the IYFF-2014, still under the initiative of the WRF, a campaign was launched, in October 2017, to propose the adoption of the Decade of Family Farming (IYFF+10), under the

4. 66th Session General Assembly. International Year of Family Farming, 2014. Available on https://digitallibrary.un.org/record/724487?ln=en.

5. Available on http://www.fao.org/family-farming/en.

e co-patrocinada por 104 estados foi adotada, na 72.ª sessão plenária de Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de dezembro [6]. O apoio e o trabalho de organizações internacionais como a FAO, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), dos países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC), da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como as mais de 300 organizações da sociedade civil, governos, centros de investigação, organizações internacionais e cooperativas, foram fundamentais para a aprovação da Década da Agricultura Familiar [7].
As ações realizadas no âmbito do AIAF+10 estão alinhadas com o trabalho do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), especialmente com as Diretrizes Voluntárias sobre a governança responsável da posse da terra, pesca e florestas, as Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada, ao trabalho sobre vinculação de pequenos produtores nos mercados e à Estrutura Estratégica Global de Segurança Alimentar e Nutricional.

O principal objetivo da Década da Agricultura Familiar é contribuir para promover melhores políticas públicas a favor da Agricultura Familiar, apoiando os esforços da comunidade internacional na erradicação da pobreza e da fome, na redução da desigualdade e no combate às alterações climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás. A Década pretende fortalecer e promover espaços de diálogo político multi-atores, estimular a implementação de políticas e leis centradas na obtenção de direitos sobre os recursos naturais, no acesso a mercados inclusivos, na adaptação às alterações climáticas e nos programas de proteção social e incentivar o aumento da investigação participativa com o intuito complexo de desenvolver a agricultura familiar e promover oportunidades de emprego e renda no meio rural.

6. Seventy-second Session General Assembly. United Nations Decade of Family Farming (2019–2028). Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/1479766

7. Compilação de declarações de apoio à Década da Agricultura Familiar: http://www.familyfarmingcampaign.org/archivos/documentos/(nuevo)_decadeoffamilyfarming_supportcompilation_(comprimido).pdf

leadership of Costa Rica. Initially signed by 14 countries and co-sponsored by 104 States, it was adopted, on the 72nd plenary of the UN General Assembly, on December 20th [6]. The support and work of international organizations such as FAO, the International Fund for Agricultural Development (IFAD), the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA), the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), the Specialized Meeting on Family Farming (REAF) and the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), as well as more than 300 civil society organizations, governments, research centers, international organizations and cooperatives was fundamental to the adoption of the Decade of Family Farming [7].
The actions undertaken under the IYFF+10 align with the work of the Committee on World Food Security (CFS), especially with the Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the context of National Food Security, the Voluntary Guidelines to support the progressive realization of the right to adequate food, with the work on linking small producers to markets, and the Global Strategic Framework for Food Security and Nutrition (GSF).

The primary objective of the Decade of Family Farming is to contribute to the promotion of better public policies in favor of Family Farming, supporting the efforts of the international community in the eradication of poverty and hunger, in the reduction of inequality, and in the fight against climate change, guaranteeing that nobody is left behind. The Decade aims at strengthening and promoting multi-stakeholder policy dialogue spaces, stimulating the implementation of policies and laws focused on obtaining rights over natural resources; access to inclusive markets; adaptation to climate change;

6. Seventy-second Session General Assembly. United Nations Decade of Family Farming (2019-2028). Available on: https://digitallibrary.un.org/record/1479766

7. Compilation of declarations in support of the Decade of Family Farming: http://www.familyfarmingcampaign.org/archivos/documentos/(nuevo)_decadeoffamilyfarming_supportcompilation_(comprimido).pdf

Exemplos como o da CPLP que, através da sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), prioriza o fortalecimento da agricultura familiar devem ser disseminados. Após um amplo processo de consulta com representantes da sociedade civil, do setor privado e de instituições de investigação, a CPLP aprovou, em junho de 2017, as Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-membros da CPLP. Estas Diretrizes representam um guia para a implementação de políticas públicas na Comunidade, importantes para melhorar as condições dos agricultores familiares e que recomendam a máxima prioridade política para o tema.

A FAO está comprometida em apoiar a cooperação internacional em prol do desenvolvimento da agricultura familiar.

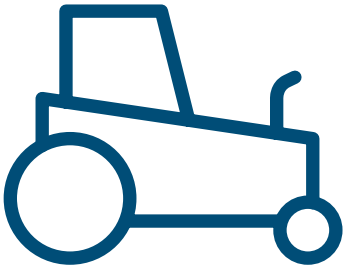
social protection programs and on encouraging the growth of participatory research with the aim of developing family farming and promoting employment and income opportunities in rural areas.

Examples as the CPLP that, through its Strategy for Food Security and Nutrition (ESAN-CPLP) prioritizes the strengthening of family farming, must be disseminated. After a broad consultation process with representatives of the civil society, the private sector and research institutions, the CPLP approved, in June 2017, the Guidelines for Support and Promotion of Family Farming in CPLP Member States. These guidelines represent a guide to the implementation of public policies in the community, necessary for improving the conditions of the farmers, recommending highest political priority to the issue.

FAO is committed to supporting international cooperation for the development of family farming.

Declaração sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais

Declaration of the Rights of Peasants and other People Working in Rural Areas



Nardi Suxo Iturry

Advogada boliviana e defensora
dos Direitos Humanos

Bolivian Lawyer and Human Rights Defender

A Declaração Universal dos Direitos dos Camponeses e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais é uma proposta feita com base nos princípios e declarações de instrumentos internacionais que protegem os Direitos Humanos aprovados e assinados por todos os Estados Membros das Nações Unidas.
Os camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais contribuíram desde sempre, não só com a comida que nos fornecem todos os dias, mas também na preservação do meio ambiente e no cuidado da natureza, que são premissas de primeira ordem para a subsistência da humanidade. No entanto, muitos agricultores vivem na pobreza sem que os seus direitos sejam reconhecidos; por exemplo, o direito às suas terras, sementes, autodeterminação, entre outros.

Um dos fenómenos que a produção agrícola deve enfrentar é a migração dos jovens do campo para as cidades, o que faz com que as terras e o trabalho nas zonas rurais sejam abandonados, principalmente porque não há propostas e muito menos projetos estatais que apoiem o trabalho dos camponeses, que são cada vez mais vistos como uma minoria. A migração também é agravada pelos fenómenos naturais que os povos estão a sofrer devido às alterações climáticas.

The Universal Declaration on the Rights of Peasants and other People Working in Rural Areas is a proposal based on the principles and declarations of international instruments that protect Human Rights approved and signed by all Member States of the United Nations.
Peasants and other people working in rural areas have always contributed not only to the food they provide us every day, but also to the preservation of the environment and to the care of nature, which are premier premises for the subsistence of humankind. However, many farmers live in poverty without their rights being recognized – for example, the right to their land, seeds, self-determination, among others.

One of the phenomena that agricultural production must face is the migration of young people from the countryside to the cities, which leads to the abandonment of land and work in rural areas, mainly because there are no proposals and even fewer state projects to support the work of the peasants, seen as a minority. Natural phenomena due to climate change also aggravate migration. Not less important is the displacement of thousands of peasants due to violence and armed conflicts.

Não menos importante é o deslocamento de milhares de camponeses devido à violência e aos conflitos armados.
Também deveria alarmar a comunidade internacional, e sobretudo os organismos internacionais, a elevada taxa de suicídios entre os camponeses, sobrecarregados pelas "dívidas" que contraem para salvar as suas terras ou a sua produção.
Muitos camponeses que se vêm obrigados a deixar as suas terras e a migrar para cidades nem sempre são bem recebidos, pelo contrário, sofrem descriminação, racismo, violência social e não têm acesso a nenhum serviço nas grandes cidades, vendo-se obrigados a exercer a mendicidade e a viver em condições infra-humanas, perdendo a dignidade de ser humano.
Muitos camponeses no mundo têm os seus direitos básicos negados, tais como o direito à posse da terra, às suas sementes, aos seus meios de produção e à garantia da soberania alimentar. Devemos valorizar todo o trabalho realizado pelos camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais, porque é do interesse de todos. Por todas estas razões, estamos em dívida permanente com este setor, que, devido à falta de políticas públicas em alguns Estados Membros das Nações Unidas, está em constante perigo.

Reconhecemos que em muitos Estados – e, colocando como exemplo o Estado Plurinacional da Bolívia –, os direitos dos camponeses são amplamente reconhecidos, tendo garantido, por exemplo, o direito de propriedade a favor das mulheres numa percentagem maior do que dos homens (46% da terra está a favor das mulheres). E, como na Bolívia, alguns outros Estados mostraram progresso, mas a maioria deles não reconhece os direitos básicos dos camponeses.
A construção da proposta da Declaração não foi um caminho fácil; os camponeses, representados pelas suas organizações, como a Via Campesina, travaram longas batalhas para que os Estados se pudessem unir. Dentro do Conselho de Direitos Humanos, tenho a honra de acompanhar esta decisão inabalável de ter um instrumento internacional que garanta a sobrevivência do setor. Negociámos cada artigo para que ninguém se sentisse excluído e procurámos consenso a partir do primeiro artigo, que se refere à definição de camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais. O artigo 17 refere-se ao

The international community and, above all, the international agencies, should also be alarmed by the high rate of suicides among peasants, who are overwhelmed by the loans they contract to save their lands or their production.
Many peasants who are forced to leave their lands and migrate to cities are not always well received; on the contrary, they suffer discrimination, racism, social violence and don't have access to any services in major cities, being forced to engage in begging and living in infra-human conditions, losing their dignity.
Many peasants around the world have their fundamental rights denied, such as the right to land, to seeds, to means of production and the guarantee of food sovereignty. We should appreciate all the work done by peasants and other people who work in rural areas because it is in the interest of all of us. We are indebted to this sector, which, due to the lack of public policies in some Member States of the United Nations, is in constant danger.

We acknowledge that in many countries – and, by way of example, the Plurinational State of Bolivia – the rights of peasants are widely recognized, for instance by giving property ownership to a higher percentage og women than men (46% of the land is titled in favor of women). Also, as in Bolivia, some other States showed progress, but most of them do not recognize the fundamental rights of peasants.
The construction of the draft of the Declaration was not an easy path; the peasants, represented by their organizations, such as Via Campesina, fought long battles for States to be united. Within the Human Rights Council, I have the honor to accompany this unwavering decision to have an international instrument to guarantee the survival of the sector. Each item was negotiated so that no one could feel excluded, and we have sought consensus right from the first article, which refers to the definition of peasants and other people who work in rural areas. Article 17 refers to the right to land and other natural resources, and Article 19 refers to the right to seeds; this article defends the customary rights of what the transnational corporations always wanted to take ownership, while Article 21 applies to the right to

direito à terra e outros recursos naturais e o artigo 19 ao direito às sementes; neste artigo defendem-se os direitos consuetudinários dos quais as transnacionais sempre se quiseram apropriar, enquanto o artigo 21 se refere ao acesso e direito à água, um Direito Humano reconhecido pelas Nações Unidas.

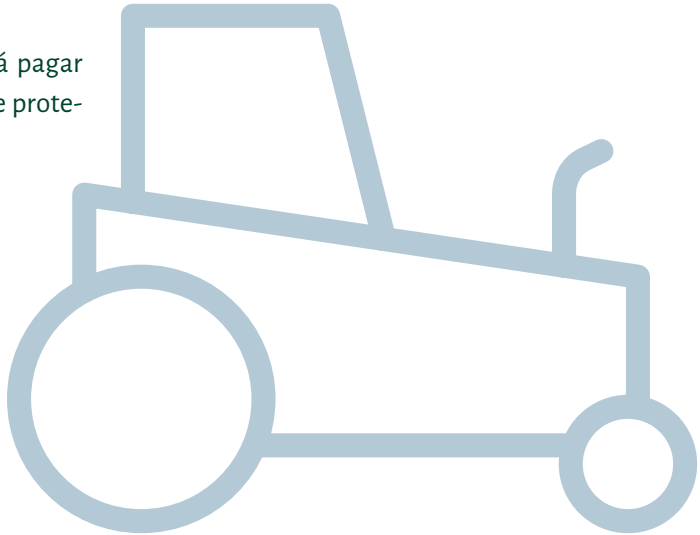
Há, sem dúvida muitas questões que ficaram pelo caminho, resultado da procura de consensos e acordos para que não se trate de uma mera Declaração, antes que os Estados cumpram com o que se comprometem. Tenho de dizer que os Estados que têm uma grande população de camponeses e indígenas, em alguns casos através dos seus representantes, mostraram relutância em ter uma Carta de Direitos em favor deste Setor.
Todos temos esperança de que nesta sessão do Conselho de Direitos Humanos esta Declaração seja aprovada, incluindo pequenos pescadores e trabalhadores da pesca, pecuaristas, silvicultores e nómadas.

Esta Declaração, como dissemos, baseia-se nos direitos à alimentação, segurança alimentar, soberania alimentar, nos Tratados sobre recursos filogenéticos para a alimentação e a agricultura, em documentos como as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e das florestas no contexto da segurança alimentar e em todas as medidas proclamadas pelas organizações internacionais para a erradicação da pobreza.
Devo enfatizar o compromisso específico do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e aqui devo referir-me à visita que fiz, na qualidade de Presidente do Grupo de Trabalho Intergovernamental para a Declaração a favor dos Camponeses, ao senhor Graziano da Silva, que imediatamente destacou uma pessoa da sua equipa em Genebra para trabalhar connosco.
Ter a aprovação da Declaração por consenso será pagar uma parte da dívida àqueles que nos alimentam e protegem a Mãe Terra.

water and access to water, recognized by the United Nations as Human Rights.

There is no doubt that many issues were left behind, as the result of the search for consensus and agreements so this will not be a mere declaration, but a commitment the States will observe. I have to mention that some of the States with a large population of peasants and indigenous people have shown, through their representatives, reluctance to have a Charter of Rights in favor of this sector. We all have hope that this Declaration, which includes small fishers and fishery workers, farmers, foresters and nomads, will be approved in this session of the Human Rights Council.

This Declaration is based on the rights to food, food security, food sovereignty, the Treaties on Phylogenetic Resources for Food and Agriculture, and guidelines such as the Voluntary Guidelines on Responsible Governance of Land Tenure, Fisheries and Forests in the context of National Food Security and in all measures proclaimed by international organizations for the eradication of poverty.
I must emphasize the specific commitment of the Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and I must also refer to the visit I made, as Chairman of the Intergovernmental Working Group for the Declaration in favor of the peasants, to Mr. Graziano da Silva, who immediately appointed a person from his team in Geneva to work together with us.
Having the approval of the Declaration by consensus would be paying part of a debt we all have to those who feed us and protect the Mother Earth.



Agricultura Familiar: uma aposta para acelerar a implementação da Campanha "Juntos contra a fome" nos Países Africanos da CPLP

Family Farming: a bet for the faster implementation of the Campaign "Together against hunger" in the CPLP African countries

Josefa Leonel Sacko

Comissária da Economia Rural
e Agricultura da União Africana

Commissioner for Rural Economy
and Agriculture of the African Union Comission

Introdução

A iniciativa da Campanha "Juntos contra a Fome" da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), lançada oficialmente no dia 20 de fevereiro de 2014 em Maputo, Moçambique, na sequência da Declaração do Encontro de Alto Nível de 1 de julho de 2013 – sobre a parceria renovada para uma abordagem unficada para acabar com a fome em África até 2025[1] – está alinhada com a parceria da União Africana com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Lula. Estas iniciativas surgem após profundas preocupações de que a fome e a desnutrição continuem a afectar uma proporção significativa da população africana, apesar de vários esforços apoiados em relatos de crescimento nos setores agrícola e económico.

As estatísticas recentes de prevalência da subnutrição na África Subsariana mostram que esta subnutrição aumentou de 20,8 para 22,7%. Isso é bastante preocupante, sobretudo com o aparecimento de novos desafios, mormente conflitos de vária ordem. O agravante ainda, é que estes desastres causados pelo Homem são acrescidos pelos efeitos das alterações climáticas e das tensões globais.

1. http://www.institutolula.org/declaracao-final-do-encontro-sobre-erradicacao-da-fome-na-africa/

Introduction

The initiative of the campaign "Together against hunger" of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) was officially launched on the 20th of February of 2014, in Maputo, Mozambique, following the Declaration of the High-Level Meeting of 1st of July of 2013 – about the renewed partnership for a unified approach to end hunger in Africa before 2025[1] –, and is aligned with the African Union's collaboration with the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and the Lula Institute. These initiatives appear after deep concerns that hunger and malnutrition continue to claim a significant proportion of the African population, despite various efforts supported by reports of growth in the agricultural and economic sectors.

Recent statistics of the prevalence of malnutrition in sub-Saharan Africa show that malnutrition has increased from 20.8 to 22.7%. This is very worrying, especially with the emergence of new challenges, in particular, conflicts of various kinds. The aggravating factor is that these disasters caused by Man are

1. http://www.institutolula.org/declaracao-final-do-encontro-sobre-erradicacao-da-fome-na-africa/

O que fazer perante este quadro? Será que se deve continuar sentado nos louros, enquanto o futuro dos filhos e netos continua sombrio? Algo deve ser feito definitivamente, pois não nos devemos dar ao luxo de ver a maioria da população, sobretudo jovens e mulheres, presa na pobreza extrema, quando se tem os recursos necessários, incluindo os humanos. Temos que mudar de paradigma nas decisões que tomamos, nas políticas que seguimos e nas prioridades que escolhemos! Para a Comissão da União Africana, a implementação da Agenda 2063 traduz o modelo a levar a cabo nesta campanha.

Todavia, existem outros modelos de sucesso, especialmente nos países visados, que podem ser documentados e ampliados. O denominador comum será sempre capacitar as famílias e as comunidades de base, técnica e financeiramente para que possam tomar decisões informadas, susceptíveis de aumentar as suas rendas e melhorar os meios de subsistência.

Como a Comissão da União Africana encaixa a campanha "Juntos contra a Fome" face à Agenda 2063

O papel da Comissão da União Africana é tomar em conta as decisões dos Chefes de Estado e transformá-las em políticas e estratégias para facilitar a sua implementação através de parcerias fortes e dinâmicas.

Daí que, para a transformação da nossa agricultura, os Chefes de Estado reunidos na 23.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana em Malabo, Guiné Equatorial, adotaram a Declaração de Malabo que traduz, com compromissos claros, um programa de transformação agrícola do Continente. Hoje, a implementação da Agenda 2063 passa pela operacionalização do plano decenal que, neste caso, se faz através da produção da Declaração de Malabo nos Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA).

Portanto, por um lado, precisamos de uma transformação económica e estrutural, com vista a criar crescimento partilhado, empregos decentes e oportunidades económicas para todos. Por outro, a agricultura deve modernizar-se para alcançar um maior aumento de produção, produtividade e agregação de valor. Isto poderá, a nosso ver, contribuir para a autonomização das famílias camponesas e comunidades de base, e consequentemente à prosperida-

increased by the effects of climate change and global tensions.

What should we do in this situation? Should we continue sitting in credit, while the future of our children and grandchildren is bleak? We must do something, because one should not afford to see the majority of the population, especially young people and women, trapped in extreme poverty, when we have the necessary resources, including human resources. We have to change the paradigm in the decisions we make, in the policies we follow and in the priorities we chose! For the African Union Commission, the implementation of Agenda 2063 translates the model to pursue in this campaign.

However, there are other successful models, especially in the targeted countries, we can document and expand. The common denominator is always empowering families and communities, technically and financially, so that they can make informed decisions, likely to increase their incomes and improve their livelihoods.

How does the African Union Commission integrate the campaign "Together against the Hunger" in the Agenda 2063

The role of the African Union Commission is to take into account the decisions of the Heads of State and to transform them into policies and strategies to facilitate its implementation through strong and dynamic partnerships.

In this sense, to the transformation of our agriculture, the Heads of State gathered at the 23rd Ordinary Session of the African Union Conference in Malabo, Equatorial Guinea, adopted the Declaration of Malabo that translates, with clear commitments, a program for the agricultural transformation of the continent. Today, the implementation of Agenda 2063 involves the operationalization of the plan which, in this case, is done through the incorporation of the Malabo Declaration in the National Agricultural Investment Plans (NAIP).

So, on the one hand, we need an economic and structural transformation to create shared growth,

de nacional e a segurança alimentar coletiva do Continente Africano.
Contudo, não se pode pôr de lado a proteção do ambiente e dos ecossistemas dos Países Africanos da CPLP, incluindo a sua flora e fauna silvestres, com economias e comunidades resilientes ao clima.

Os esforços da Comissão para acabar com a fome em África até 2025 incidem na responsabilidade de recuperar o atraso de crescimento económico (um problema silencioso e endémico no nosso continente). Isto deve ser alcançado com a duplicação dos níveis atuais de produtividade agrícola, reduzindo para metade as perdas pós-colheita e triplicando o comércio intra-africano em *commodities* agrícolas e pecuárias.
Se de um lado, precisamos de cumprir com os Compromissos de Malabo, por outro, torna-se necessário fazer a avaliação dos progressos alcançados em relação aos objetivos estabelecidos a cada dois anos.
Estamos a facilitar processos inclusivos e liderados pelos países para desenvolver PNIA baseados em evidências e compatíveis com o Programa de Desenvolvimento da Agricultura de África (em inglês, CAADP) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste exercício, os Estados-Membros identificam políticas e programas que permitem à agricultura familiar ter acesso aos insumos, financiamentos, mercados e serviços de extensão rural melhorados de forma sustentável, ao mesmo tempo que os dotam de capacidades para se tornarem agro-pecuaristas no verdadeiro sentido do agro-negócio. Escusado será dizer que o impacto destas ações incidem no melhoramento da nutrição e no acesso a alimentos de qualidade.
No mesmo processo, os países identificam as melhores opções para o crescimento liderado pela agricultura através de investimentos prioritários em *commodities* e serviços agrícolas.
Este processo identifica, de forma participativa, as melhores formas de equipar as famílias camponesas, incluindo mulheres e jovens, com tecnologias e informações através de diferentes abordagens de extensão rural baseadas em evidências da investigação agrária aplicada e de escolas de campo. Este modelo pode ser adotado e adaptado para otimizar o potencial da agricultura familiar com vista a garantir melhores meios de subsistência dos pequenos agricultores a nível da CPLP.

decent jobs, and economic opportunities; on the other hand, we must modernize agriculture to achieve a significant increase in production, productivity and added value. This achievement could, in our view, contribute to the empowerment of peasant families and grassroots communities, and consequently to the national prosperity and the collective food security of the African continent.
However, we cannot neglect the protection of the environment and the ecosystems of the African countries of the CPLP, including its wild flora and fauna, and their climate resilient economies and communities.

The efforts of the Commission to end hunger in Africa up to 2025 concern the responsibility to make up for the delay of economic growth (a silent and endemic problem in our continent). These efforts must attain the duplication of the current levels of agricultural productivity, reducing by half the post-harvest losses and tripling the intra-African trade regarding agricultural and livestock commodities.
If on the one hand, we need to comply with the Malabo commitments, on the other hand, it is necessary to assess the progress made concerning the objectives established every two years.
We are facilitating inclusive processes led by countries to develop evidence-based NAIP, compatible with the Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) and the Sustainable Development Goals (SDG). In this exercise, State Members identify policies and programs allowing for family farmers to have access to improved farm inputs, financing, markets, and agrarian extension services sustainably. This process also provides, at the same time, the skills for them to become farmers in the real sense of the agribusiness; needless to say that these actions have an impact on the access to quality food and in nutrition improvement.
In the same process, countries identify the best options for agriculture-led growth through priority investments in agricultural commodities and services.
This process identifies, in a participatory way, the best options to equip the peasant families, including women and young people, with technology and in-

Conclusão

No início deste ano, à margem da 30.ª Sessão da Cimeira da União Africana em Addis Abeba, Etiópia, vários líderes de organizações internacionais e alguns Chefes de Estado e de Governo reuniram-se num Fórum cujo tema foi "Como acabar com a fome". Todavia, manifestaram uma forte necessidade de agir de forma decisiva em conformidade com o nosso compromisso de acabar com a fome, como sublinhado na nossa Declaração de Chefes de Estado de Malabo de 2014. O encontro identificou áreas prioritárias para a criação de reservas estratégicas de alimentos, especialmente o armazenamento a nível comunitário, aumentando a disponibilidade e acessibilidade de alimentos ricos em nutrientes. Em resumo, o Fórum fez uma "Renovado apelo à ação para o fim da fome em África".

Em conjunto com a CPLP queremos tomar medidas sérias para coordenar os esforços e fortalecer esta parceria com vista a garantir maiores sinergias entre a Campanha levada a cabo pela CPLP e esta Apelo à Ação de líderes. O nosso voto (é) de que este compromisso funcione e produza resultados quer a nível da CPLP quer a nível do Continente (Africano).

Para o sucesso da Campanha "Juntos contra a Fome", pensamos ser necessário assegurar a coexistência da agricultura familiar e a empresarial para tirar o maior proveito quanto ao potencial que oferece (a) agricultura nos Países da CPLP. Na verdade, em matéria de ameaças sérias ao nosso bem-estar como a fome, requer-se um trabalho conjunto e não apenas com os atores do setor de alimentos, mas com os decisores.

formation through different agricultural extension approaches based on evidence from applied agrarian research and farm field schools. This model can be adopted and adapted to optimize the potential of family farming to ensuring better livelihoods of small-scale farmers in the CPLP.

Conclusion

Earlier this year, in the margins of the 30th session of the African Union Summit in Addis Ababa, Ethiopia, several leaders of international organizations and some Heads of State and Government gathered in a Forum called "How to end hunger." They expressed a strong need to act decisively following our commitment to end hunger, such as highlighted in our Declaration of Heads of State from Malabo 2014. The meeting identified priority areas for the creation of strategic reserves of food, especially the community-level storage, increasing the availability and accessibility to nutrient-rich foods. In short, the Forum made a "Renewed Call for action on the end of hunger in Africa".

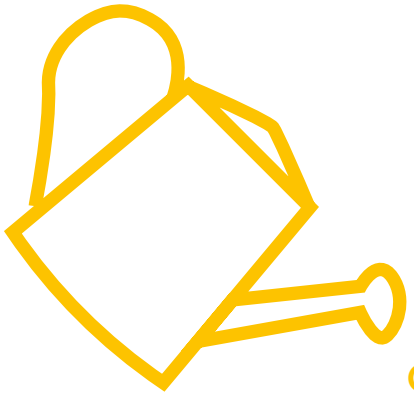
Together with the CPLP, we want to take real measures to coordinate efforts and strengthen this partnership to ensure greater synergies between the campaign undertaken by the CPLP and this call for action from leaders. Our vote (is) that this commitment works and produces results both in the CPLP and at the (African) Continent level.

For the success of the campaign "Together against hunger", we think it is necessary to ensure the coexistence between family farming and corporate farming to take advantage on the potential provided by agriculture in the CPLP countries. In fact, regarding tackling severe threats to our well-being – as is the case of hunger – joint work is required and not just with the actors from the food sector, but also with the decision makers.

Dulux
BP

As Diretrizes de políticas para a agricultura familiar na CPLP: significado e desafios

Guidelines for family farming policies in the CPLP: meaning and challenges



Caio Galvão de França

Membro da equipa de construção das Directrizes CPLP para a Agricultura Familiar

Member of the group responsible for the development of the Guidelines for support and promotion of Family Farming in CPLP

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP) aprovou, em junho de 2017, um conjunto de orientações e de prioridades comuns para apoiar os Estados na erradicação da fome e da pobreza e promoção da agricultura sustentável intitulado "Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"[1].

As Diretrizes fazem parte de uma trajetória internacional marcada por boas tensões e pelo fortalecimento da sociedade civil, que permitiram avançar do reconhecimento da importância da segurança alimentar para a afirmação do direito à alimentação e para a instituição de um novo lócus para a governança global – o Comité de Segurança Alimentar Mundial. Entre os resultados desta nova dinâmica de participação na construção de compromissos multilaterais legitimados pelo diálogo social, destacam-se o Marco Estratégico para a Segurança Alimentar e as "Diretrizes voluntárias para a governança responsável da terra, da pesca e dos recursos florestais".

1. Disponível em: https://www.cplp.org/id-4665.aspx.

The Community of Portuguese Speaking Countries Food Security and Nutrition Council (CPLP-CONSAN) approved, in June 2017, a set of guidelines and common priorities to support the States in the eradication of hunger and poverty and in the promotion of sustainable agriculture, entitled "Guidelines for Support and Promotion of Family Farming in CPLP Member States"[1].

The guidelines are part of an international path marked by good strains and by the strengthening of civil society in such a way as to advance the recognition of the importance of food security to the affirmation of the right to food and to the establishment of a new locus for global governance – the Committee on World Food Security (CFS). Among the results of this new dynamic of participation in the construction of multilateral commitments legitimized by social dialogue, we highlight the Strategic Framework for Food Security and Nutrition and the "Voluntary guidelines on the responsible governance of Tenure of Land, Fisheries, and Forests in the Context of National Food Security."

1. *Available on* https://www.cplp.org/id-4665.aspx.

Nesta dinâmica mais democrática abriram-se portas para a afirmação da agricultura familiar e das comunidades rurais e de suas contribuições para a superação da fome e da pobreza, para o desenvolvimento e democratização das nações. A aprovação pela ONU do Ano Internacional da Agricultura Familiar (2014) e da Década da Agricultura Familiar 2019-2028 e a discussão no Conselho de Direitos Humanos de uma declaração de direitos dos camponeses são ilustrativas destes avanços.

Uma dinâmica também virtuosa e democratizante estabeleceu-se na CPLP com a aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP) que passou a orientar a coordenação entre os Estados-Membros da Comunidade e a impulsionar uma melhor governança das políticas. A criação do CONSAN-CPLP como uma plataforma multi-atores de representantes de governos e de mecanismos de participação social responsável pela sua implementação representou uma inovação inédita de articulação regional neste tema.

Assim como, no plano global, os avanços comunitários contaram com a contribuição da sociedade civil, por intermédio de instrumentos pré-existentes e de novos, como a Rede da Sociedade Civil pra a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN), a Plataforma Camponesa da CPLP (PCCPLP) e o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP.

Os Estados-Membros da CPLP, com as suas próprias formações económico-sociais, partilham o desafio de superar a pobreza e as profundas desigualdades que caracterizam o meio rural. A novidade é pensar uma estratégia de superação a partir de uma abordagem de direitos humanos e do protagonismo das comunidades rurais na transição do modelo agrícola e do sistema alimentar.

Era preciso avançar em novos compromissos comunitários e a CPLP desencadeou a elaboração de diretrizes para orientar os países a criarem as condições objetivas para que a agricultura familiar ocupasse um lugar prioritário nas políticas públicas de agricultura, alimentação e nutrição.

A iniciativa, que foi proposta pela sociedade civil, amadureceu, ganhou apoio e resultou em acordos envolvendo instâncias da CPLP e iniciativas da sociedade civil, combinando consultas públicas com reuniões presenciais e virtuais e atividades setoriais, nacionais e regionais.

In this more democratic dynamic, the doors open towards the affirmation of family farming and rural communities and of their contributions to overcoming hunger and poverty, and to the development and democratization of nations. The adoption, by the UN, of the International Year of Family Farming (2014), of the Decade of Family Farming 2019-2028 and the discussion, in the Human Rights Council, of a Declaration on the Rights of Peasants are illustrative of these advances.

There is a good and democratizing dynamic in the CPLP, with the approval of the Food Security and Nutrition Strategy (ESAN-CPLP), which started to guide the coordination between the Member States of the Community and to promote better policy governance. The creation of the CONSAN-CPLP as a multi-stakeholder platform of Governments' representatives and social participation mechanisms responsible for its implementation represented a regional structure of unprecedented innovation in this theme.

The community's advances were supported – as at the global level – by civil society, through pre-existing and new instruments, such as the Regional Civil Society Network for Food Security in the CPLP (REDSAN-CPLP), the CPLP Peasant's Platform (PC-CPLP) and the CONSAN-CPLP's Working Group on Family Farming.

The CPLP Member States, although having their own socio-economic formations, share the challenge of overcoming poverty and the deep inequalities that characterize the rural surroundings. The novelty is to create a strategy to defeat theses inequalities from a human rights' approach and the role of rural communities in the transition of the agricultural and food system model.

It was necessary to move forward in new community commitments, and the CPLP triggered the elaboration of guidelines to guide countries in the development of objective conditions for family farming to occupy a priority place in agriculture, food and nutrition policies.

Uma proposta preliminar foi elaborada por um grupo de três investigadores[2] a partir do reconhecimento da diversidade e da heterogeneidade dos países, dos consensos pré-existentes no CONSAN-CPLP, de compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros e do conjunto de experiências nacionais. Esta proposta foi sendo reelaborada em sucessivas consultas públicas e em diferentes fóruns por cerca de dois anos até ser aprovada em junho de 2017. Isso só foi possível pela sinergia estabelecida entre o Secretariado Executivo da CPLP, os representantes de Governos e o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC CONSAN-CPLP), com o apoio técnico proporcionado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).
Guardando uma semelhança com outros compromissos internacionais, o documento está estruturado em quatro partes: princípios gerais e objetivos; natureza e âmbito; princípios de implementação; e as 14 diretrizes, que cobrem uma ampla gama de temas.

O desafio atual é tirar as Diretrizes do papel. E isso significa, por um lado, internalizá-las nos países, com inovações institucionais e legais e políticas específicas, respeitando os tempos e as prioridades de cada Estado-Membro. Por outro lado, implica organizar uma agenda de intercâmbio e de cooperação para apoiar os países e definir um mecanismo comum de monitorização, apostando no diálogo social, em âmbito nacional e comunitário, uma opção que já se mostrou eficiente.

Os Estados-Membros podem trilhar um caminho comum, compartilhando prioridades e valorizando as possibilidades que as Diretrizes oferecem. Um passo importante foi dado com a Carta de Lisboa, pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, aprovada em fevereiro de 2018, que amplia o compromisso dos países e orienta a sua aplicação concreta.
A implementação e a monitorização dos seus avanços devem ser parte da monitorização da própria ESAN-CPLP e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS) e uma oportunidade para ativar e fortalecer

2. João Mosca, de Moçambique; Manuel Correia, de Portugal; e, Caio Galvão de França, do Brasil.

The initiative, which was proposed by civil society matured, gathered support and resulted in deals involving several CPLP instances and civil society initiatives, combining public consultations with virtual and face-to-face meetings and sectoral, national and regional activities. A preliminary proposal was drawn up by a group of three researchers[2] recognizing the diversity and heterogeneity of the countries, the pre-existing consensus in the CONSAN-CPLP, international commitments assumed by the Member States and the set of national experiences. This proposal was rewritten in successive public consultations and different forums for about two years before being approved, in June 2017. This approval was only made possible by the synergies established between the CPLP Executive Secretariat, Government's representatives and the Mechanism for the Facilitation of the Participation of Civil Society in the CONSAN-CPLP (MSC CONSAN-CPLP), with the technical support of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
Like other international commitments, the document has four parts: general principles and objectives; nature and scope; principles of implementation; and its 14 guidelines, which cover a wide range of topics.

The current challenge is to make the guidelines leave the drawing board, meaning, on the one hand, internalizing them in the countries, through institutional and legal innovations and specific policies, respecting the times and the priorities of each Member State. On the other hand, it involves organizing a programme of exchange and cooperation to support the countries; and defining a joint monitoring mechanism, betting on social dialogue at the national level and at the community level, an option that has been proved useful.

Member States may tread a common path, sharing priorities and enhancing the chances that the guidelines offer. The Lisbon Charter for Strengthening

2. João Mosca, from Mozambique, Manuel Correia, from Portugal and Caio Galvão de França, from Brazil.

o funcionamento dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A partir da construção comunitária, quatro temas podem ser priorizados. O primeiro é o do reconhecimento da agricultura familiar e do seu desdobramento em algum tipo de registo. Sem identificar o universo da agricultura familiar não há como diferenciar os instrumentos de política pública. O segundo é o da produção sustentável, que pode dar um sentido estratégico e orientar o redesenho das políticas, aproveitando as iniciativas da Rede de Agroecologia e o potencial do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP em São Tomé e Príncipe. O terceiro é o da promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais, para revelar os mecanismos de subordinação e orientar ações afirmativas, valorizando iniciativas da Rede das Margaridas. O quarto tema é a iniciativa dos Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial coordenada pelo MSC CONSAN-CPLP e que valoriza os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade dos territórios reconhecidos.

A experiência da CPLP na construção da ESAN-CPLP e das Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar na CPLP evidencia a virtualidade da interação entre os níveis nacional, regional/comunitário e global e do diálogo social e representa um caso de boa prática na aplicação de compromissos internacionais e uma contribuição para o debate sobre mecanismos inovadores de monitorização que incorporem uma abordagem de direitos humanos. E, ainda, permite alargar o horizonte comunitário do possível e, com persistência, criatividade e muito diálogo, produzir avanços na garantia dos direitos das populações rurais e na conquista da soberania e da segurança alimentar e nutricional pelos Estados-Membros.

Family Farming approved in February 2018 was an important step which extends the commitment of countries and guides their concrete application.

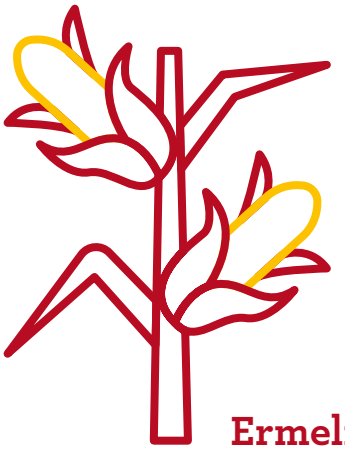
The implementation and monitoring of its progress must be part of the monitoring of the ESAN-CPLP itself and the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda (SDG). It must also constitute an opportunity to activate and strengthen the operation of the National Councils on Food Security and Nutrition.

Starting from the community build-up, we could prioritize four themes. The first is the recognition of family farming and its record. Without identifying the universe of family farming, there is no way to differentiate between the public policies' instruments. The second is the sustainable production, which can give a strategic direction and guide the redesigning of policies by leveraging the initiatives of the Agroecology Network and the potential of the CPLP Center of Expertise for Sustainable Family Farming in Sao Tome and Prince. The third is to promote the autonomy and equality of rural women, to reveal the subordination mechanisms and to guide affirmative action, valuing initiatives from the Rede das Margaridas. The fourth theme is the initiative Globally Important World Agricultural Heritage Systems (GIAHS), coordinated by MSC CONSAN-CPLP, which values the traditional knowledge and biodiversity of the recognized territories.

The CPLP's experience in the construction of the ESAN-CPLP and the guidelines for the support and promotion of family farming in the CPLP highlights the virtue of the interaction between the national, regional/community and global levels. It also reveals the importance of social dialogue, representing a case of good practice in the implementation of international commitments and a contribution to the debate on innovative monitoring mechanisms with a human rights approach. Also, finally, it allows to extend the possible community horizon and, with persistence, creativity, and dialogue, to produce advances in guaranteeing the rights of rural populations and the conquest of food sovereignty and food security and nutrition by the Member States.

Estratégia para a Agricultura familiar em Angola

Strategy for Family Farming in Angola



Ermelinda Caliengue

Directora do Gabinete de Segurança Alimentar, Angola

Director of the Food Security Office, Angola

Contexto

Angola está situada no quadrante sudeste de África, com fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a centro leste com a República da Zâmbia e a Sul com a República da Namíbia. Tem uma extensão de 1.246.700 km². Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2018, Angola conta com uma população total de 25.789.034 pessoas das quais cerca de 62,4% vivem em zonas urbanas.

Dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016 (IIMS)[1] indicam que 35% dos agregados familiares é chefiado por mulheres. Segundo dados do INE esta percentagem sobe para 38%. A estrutura etária de Angola é caracterizada por uma população jovem, com uma população em idade de trabalhar dos 15 aos 64 anos que representa 50,4% e a mais jovem dos 0 aos 14 anos com 47,3%. A população com 65 ou mais anos representa apenas 2,4%. A esperança média de vida dos angolanos é de 60,3 anos e com uma taxa de crescimento anual de 2,7%.

Angola é um país marcado por duas estações climáticas distintas, nomeadamente, a das chuvas, húmida e quente, que decorre de Setembro a Abril e a do cacimbo, seca e fria, que vai normalmente de Maio a Setembro. Existe uma certa variabilidade climática entre regiões: no litoral,

1. Disponível em: https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf

Context

Angola is located in the Southeast quadrant of Africa, bordering the North and North-East with the Democratic Republic of the Congo, the Center East with the Republic of Zambia and the South with the Republic of Namibia. It has an area of 1,246,700 km². According to estimates of the National Statistics Institute (INE), in 2018, Angola has a total population of 25,789,034 people of which about 62.4% live in urban areas.

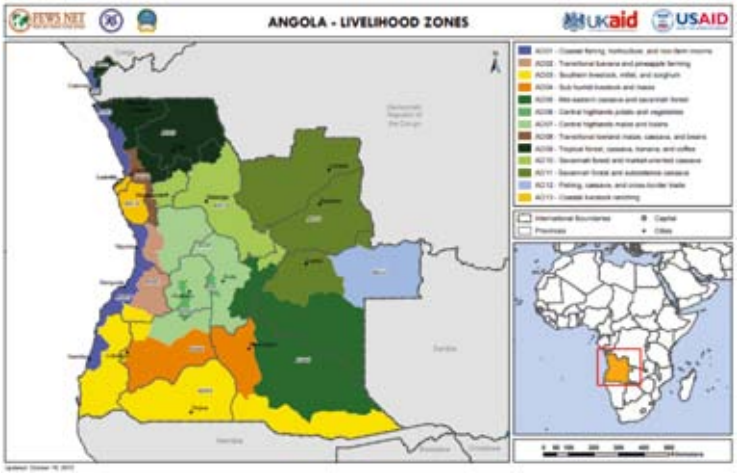
Data from the Survey of Multiple Indicators and Health 2015-2016 (IIMS)[1] indicate that women head 35% of the households. According to data from the INE, this percentage rises to 38%. The age structure of Angola shows a young population, with the active population (of between 15 and 64 years old), representing 50.3%; meaning that 47.3% of the population is under 14. The population with more than 65 years represents only 2.4%, as the average life expectancy of Angolans is 60.3 years, with an annual growth rate of 2.7%.

Angola is a country marked by two distinct climatic seasons, namely, the rainy season, wet and hot,

1. *Available on* https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf

com clima tropical seco, no litoral sul com um clima desértico, onde a precipitação média anual é inferior a 600 mm, mas a norte, chega a atingir por vezes valores na ordem dos 800 mm, enquanto a província do Namibe, no litoral sul, atinge apenas 50 mm. Angola possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda, a floresta do Maiombe, onde se encontram madeiras de valor económico elevado.

O país é constituído por seis grandes zonas agro-ecológicas: **i)** a zona do grande e elevado planalto interior na parte centro-sul e central do país, caracterizada por planícies secas e de grande altitude, e incluindo o ponto mais alto de Angola, o Morro de Môco (2.620 m), com colinas e montanhas no planalto elevado; **ii)** a zona climática húmida até à região do extremo norte e nordeste; **iii)** a zona sub-húmida que ocupa a maior parte das regiões centrais, orientais e do norte, caracterizadas por florestas tropicais equatoriais e de savana; **iv)** a zona semi-árida que se estende desde o sudeste ao longo de 1600 km de costa do Namibe até Luanda, caracterizada sobretudo por terras baixas e planícies; **v)** a zona árida que se estende desde o sudoeste até à província de Luanda; **vi)** e finalmente, as áreas desertas do extremo sudoeste concentradas sobretudo na província de Namibe [2].



Zonas de Subsistência de Angola.
Fonte: FEWS NET. Zonas e Descrições de Meios de Subsistência de Angola, 2013

2. FEWS NET. Zonas e Descrições de Meios de Subsistência de Angola, 2013. Disponível em: http://fews.net/sites/default/files/documents/reports/Angola_LHZ_Report_Final_Nov13_EN_0.pdf

which runs from September to April and the Cacimbo, dry and cold, which usually runs from May to September. There is a specific climate variability between regions: the coast, with tropical dry climate, the South coast with a desert climate, where the average annual rainfall is less than 600 mm – but while the North reaches values sometimes in the order of 800 mm, the province of Namibe, on the South coast, reaches only 50 mm. Angola has vast forest resources, mainly in the province of Cabinda – in the Maiombe forest, there are several kinds of wood of high economic value.

*The country has six major agro-ecological zones, namely: **1)** the extensive and high interior plateau area in the South-central and central part of the country (characterized by dry and high altitude plains, which includes the highest point in Angola, the Morro de Moco (2,620 m), with hills and mountains in the high plateau); **2)** the wet climate zone, in the far North and Northeast region; **3)** the sub-humid region that occupies most of the Eastern and central areas of the North (characterized by Equatorial rainforests and savanna); **4)** the semi-arid zone extending from the Southeast over 1,600 km of the coastline, from Namibe to Luanda (characterized by lowlands and plains); **5)** the arid region which extends from the Southwest to the province of Luanda; **6)** and finally, the wastelands of the far Southwest concentrated mainly in the province of Namibe [2].*

Subsistence areas of Angola.
***Source:** FEWS NET. Areas and Descriptions of the Livelihoods of Angola, 2013*

2. *FEWS NET. Areas and Descriptions of the Livelihoods of Angola, 2013. Available on* http://fews.net/sites/default/files/documents/reports/Angola_LHZ_Report_Final_Nov13_EN_0.pdf

Estas diferenças regionais influenciam os padrões dos modos de vida rurais, designadamente, as actividades pesqueiras e a agricultura de irrigação ao longo da costa; a criação de animais e produção de massambala e massango no sul; a produção de milho, gado e leite na província do Cunene, com transição para condições húmidas e de chuva nas regiões centrais e do norte; e as áreas de produção predominante de mandioca, banana e café na floresta tropical de folha larga e verde, bem fornecidas de madeiras tropicais especialmente em áreas do centro, leste e norte de Angola. Por outro lado, as condições de acesso e ligações a mercados e a oportunidades de comércio são factores que influenciam os meios de sustento rural, destacando-se as ligações entre o interior, agricolamente produtivo, e os mercados de produtos alimentares costeiros, estratégicos e lucrativos em áreas como Benguela, Lobito e Luanda.

Agricultura familiar e insegurança alimentar

A agricultura familiar é a base da agricultura Angolana e tem um papel importante no seu desenvolvimento socio-económico e na segurança alimentar. Congrega, no seio da população ativa, mais de 2,22 milhões de famílias, produz cerca de 90% da produção agrícola total do país e é o suporte de emprego para a maior parte da população rural nas diferentes regiões[3].

Em Angola, evidências e estudos anteriores demonstram que, em geral, o risco de insegurança alimentar é maior nas áreas em que existe um alto risco de quebras na produção de alimentos devido às condições climáticas semi-áridas e à ocorrência frequente de desastres naturais, e onde os grupos mais pobres têm oportunidades limitadas de obtenção de rendimento e maiores dificuldades no acesso a mercados.

Nestas condições estão as zonas de meios de sustento:

Zona Massango e Massambala do Sul, caracterizada como zona árida do país, e de ocorrência frequente de secas e estiagens prolongadas. Estas condições levam a uma produção de grão muito variável e, no geral, conduzem a falta e/ou redução de pasto e águas superficiais,

3. Conferência Internacional de Agricultura Familiar, Luanda, 2014.

These regional differences influence the patterns of rural livelihood. Fishing activities and irrigation agriculture occur along the coast; cattle breeding and production of sorghum and millet in the South; corn, cattle, and milk in Cunene, with a transition to humid and rainy conditions in the Central and Northern regions. The predominant production areas of cassava, banana, and coffee are in the rainforest of green broadleaf, well provided with tropical timber, especially in the areas of Central, Eastern, and Northern Angola. On the other hand, the conditions for access and connection to markets and trade opportunities are factors that influence the rural livelihood, highlighting the links between the interior, agriculturally productive, and the coastal food markets, strategic and profitable, in areas such as Benguela, Lobito, and Luanda.

Family farming and food insecurity

Family farming is the basis of Angolan agriculture and plays a vital role in its socio-economic development and food security. It congregates in the active population, more than 2.22 million families, produces about 90% of the country's total agricultural production and employs the majority of the rural population in the different regions[3].

Evidence and previous studies have shown that the risk of food insecurity In Angola is generally higher in areas where there is a high risk of food production failures due to the semi-arid climatic conditions and the frequent occurrence of natural disasters, and where the poorest groups have limited opportunities to obtain income and more significant difficulties in accessing markets.

Those are the conditions of the following livelihood areas:

Area of Massango and Massambala do Sul: *Characterized as the arid zone of the country, and where there's frequent occurrence of droughts, and also prolonged droughts. These conditions lead to a very floating production of grain and, generally, to*

3. *International Conference on Family Farming, Luanda, 2014.*

podendo resultar em perdas significativas de gado, que constitui um bem fundamental na zona.

Zona de Planalto Central de Milho e Feijão. Apesar das condições agro-climáticas favoráveis, esta zona enfrenta problemas, tais como cultivo em pequenas parcelas agrícolas, devido à alta densidade populacional, à menor quantidade de bens produtivos, aos agregados familiares relativamente pobres e devido a frequentes riscos climáticos, tais como o prolongamento do "pequeno cacimbo"[4]. Estes fatores tornam a zona vulnerável do ponto de vista da segurança alimentar devido a baixos níveis de resiliência dos agregados familiares, quer a desastres naturais, quer a choques económicos.

Zona de Floresta de Savana e Mandioca de Sustento. Tem um elevado potencial de cultivo dadas as suas condições climáticas favoráveis. Contudo, os níveis de produção permanecem ao nível de sustento, com grande dependência da mandioca e pouca diversificação económica. A zona é caracterizada pela inacessibilidade física, devido à sua localização remota e pela falta de desenvolvimento de infraestruturas. Não está ligada a nenhum mercado estratégico (regional ou nacional) que facilite o acesso regular a alimento e rendimento. Deste modo, esta é uma das zonas em maior risco de insegurança alimentar.

Objetivos do Governo

Os objetivos de redução da fome e da pobreza encontram-se inseridos na Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola e no Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022[5]. A pobreza em Angola remete para a grande desigualdade na distribuição de rendimento e para a existência de uma parte significativa da população submetida a condições mínimas de dignidade e cidadania. O número de pobres em Angola em 2014 era de 9,44 milhões, registando-se uma taxa de incidência de pobreza de 36%.

Sequelas do conflito armado, a forte pressão demográfica, em especial nas zonas urbanas, a degradação das infraestruturas económicas e sociais, a dificuldade de acesso aos serviços de educação, saúde e proteção social

4. Pequeno cacimbo: Período seco que, em geral, ocorre entre Janeiro e Fevereiro.

5. Disponível em: https://www.info-angola.com/attachments/article/4867/PDN%202018-2022_MASTER_vf_Volume%201_13052018.pdf

the lack or reduction of pasture and surface water, resulting in significant losses of cattle, which constitutes a crucial asset in the area.

Central Plateau area of corn and beans: *Despite favorable agro-climatic conditions, this area faces problems, such as small agricultural plots due to high population density, more modest amount of productive goods, relatively poor households and to the frequent climatic risks, such as the extension of the "Small Cacimbo"[4]. These factors make this a vulnerable area for food insecurity, due to the low levels of resilience of the households, whether to natural disasters or economic shocks.*

Savannah forest zone and sustenance cassava: *It has a high farming potential due to its favorable climatic conditions. However, production levels remain at the subsistence level, with high reliance on cassava and little economic diversification. The area is characterized by physical inaccessibility due to its remote location and lack of infrastructural development. It's not linked to any strategic market (regional or national) that facilitates regular access to food and income. Thereby, this is one of the areas most at risk of food insecurity.*

Government Objectives

The Long-term Development Strategy for Angola and the National Development Plan 2018-2022[5] include the objectives of reducing hunger and poverty. Poverty in Angola refers to the enormous inequality in the distribution of income and the existence of a significant part of the population subject to low conditions of dignity and citizenship. The number of poor people in Angola in 2014 was 9.44 million, with a poverty incidence rate of 36%.

The high levels of poverty in the country have, as underlying factors, the aftermath of the armed conflict, the strong demographic pressure - especially in urban areas-, the deterioration of economic

4. Small Cacimbo: Dry period, which generally occurs between January and February.

5. Available on https://www.info-angola.com/attachments/article/4867/PDN%202018-2022_MASTER_vf_Volume%201_13052018.pdf

(em especial para os grupos sociais mais vulneráveis) e a insuficiência da oferta interna de bens alimentares essenciais, são tidos como factores subjacentes aos ainda elevados níveis de pobreza no país.

Alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS) de erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, Angola estabeleceu a Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (ELP Angola 2025) como uma resposta sustentável aos desafios para a erradicação da fome e da pobreza e a promoção do bem-estar da população.

No contexto do desenvolvimento da população, com destaque para a população rural, surge a promoção da agricultura familiar como base da agricultura angolana, fundamentalmente desenvolvida pelos camponeses, que praticam, ainda, sistemas de agricultura com utilização de mão-de-obra familiar, escoando para o mercado de consumo alguns dos excedentes da sua produção, nomeadamente, de mandioca, milho, feijão, batata-rena e também de alguns produtos hortícolas e mesmo frutas. Actualmente é responsável pela produção de cerca de 80% dos cereais, 90% de raízes e tubérculos e 90% das leguminosas e oleaginosas.

Assim, fomentar a actividade agrícola, visando o aumento da produção de produtos alimentares básicos de consumo, quer em explorações agrícolas familiares, quer em explorações agrícolas empresariais, aumentar a produção de culturas industriais e de rendimento e apoiar a produção agrícola dos agricultores familiares, através do aumento da disponibilidade e melhoria do acesso aos factores de produção e do aumento da capacidade dos serviços de extensão e desenvolvimento rural, constituem os maiores desafios para a promoção da agricultura familiar e a melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Angola participa ativamente nas atividades relacionadas com a agricultura familiar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), procurando alinhar a sua estratégia e objetivos com os esforços dos demais Estados-Membros da Comunidade. Nesse sentido, a implementação dos primeiros compromissos assumidos na Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar[6] faz parte da agenda futura de trabalho do governo Angolano.

6. Disponível em: https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5610&M=NewsV2&PID=10872

and social infrastructure, the difficulty of access to education, health and social protection (in particular for the more vulnerable social groups) and the inadequacy of internal supply of essential food products.

In line with the Sustainable Development Goal 1 (SDG) to eradicate poverty in all its forms everywhere, Angola has established the Long-term Development Strategy for Angola (ELP Angola 2025) as a sustainable response to the challenges of eradicating hunger and poverty and of promoting the well-being of the population.

The family farming as the basis of the Angolan agriculture arises in the context of population development, especially the rural population. Family farming is primarily developed by peasants who still engage in farming systems based in family labor, draining to the consumer market some of their surplus production, including cassava, maize, beans, rena potatoes and also some vegetables and even fruits. Currently, it is responsible for the production of around 80% of cereals, 90% of roots and tubers and 90% of pulses and oilseeds.

The biggest challenges to the promotion of family farming and the improvement of food security and nutrition include promoting agricultural activity, aimed at increasing production of essential food products, either on family farms or on corporate farms. It also includes expanding the production of industrial and cash crops and supporting family farming production by increasing availability and improving access to inputs and increasing the capacity of the extension and rural development services.

Angola actively participates in the activities related to family farming in the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), looking to aligning its strategy and goals with the efforts of the other Member States of the Community. In this sense, the implementation of the first commitments assumed in the Lisbon Charter for Strengthening Family Farming[6] is part of the Angolan government's future work agenda.

6. *Available on* https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5610&M=NewsV2&PID=10872

Políticas para a Agricultura Familiar no Brasil

Policies for Family Farming in Brazil

Hur Ben Correa da Silva

Coordenador Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional

General Coordinator of Family Farming Matters and International Cooperation

O debate sobre segurança alimentar e nutricional no âmbito do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP) avançou a ponto de aprovar as "Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP". Tem-se tornado evidente o papel da agricultura familiar como principal produtora de alimentos nos Estados-Membros, onde as populações rurais sofrem com a pobreza e a desnutrição.

No caso do Brasil, uma parte importante da população rural encontra-se em situação de vulnerabilidade, mas também a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento do país. São em torno de 5,4 milhões de famílias ou 20 milhões de pessoas (10% da população), que ocupam 85% das unidades produtivas agrícolas do país (menos de 25% da área agrícola total), e responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos Brasileiros.

Tem um papel fundamental no abastecimento interno, evitando a importação de alimentos e contribuindo para a economia, particularmente no combate à inflação, a criação de empregos no meio rural (80%), o desenvolvimento local e territorial, e a promoção da sustentabilidade, em

The debate on food security and nutrition within the Food Security and Nutrition Council of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CONSAN-CPLP) has advanced to the point of approving the "Guidelines for Support and Promotion of Family Farming in CPLP Member States". The role of family farming as the primary producer of food in the Member States has become evident, where rural populations suffer from poverty and malnutrition.

In the case of Brazil, a relevant part of the rural population is in a situation of vulnearability, even though family farming plays a crucial role in food production and in the development of the country. Family farmers represent around 5.4 million households – or 20 million people (10% of the population) – representing 85% of the agricultural production units in the country (and occupying less than 25% of the total agricultural area) and are responsible for 70% of the food consumed by Brazilians.

Family farming plays a crucial role in domestic supply, avoiding food imports and contributing to the economy, particularly in the fight against inflation, creating jobs in rural areas (80%), in local

função de sua forma de vida e produção, adaptadas aos recursos naturais e à biodiversidade dos biomas brasileiros.
Depois de mais de cinco séculos, desde o descobrimento do Brasil, em função de sua importância económica e social, esse segmento passou a ocupar espaço no âmbito das políticas públicas do Estado brasileiro. A agricultura familiar passou a ser reconhecida, com necessidades e demandas diferenciadas. Com isso, foram criadas e implementadas políticas específicas para o setor, considerando a diversidade de povos, formas de vida e produção, e recursos naturais disponíveis, entre outras dimensões. Um marco importante foi a Lei da Agricultura Familiar, aprovada em julho de 2006, a qual define essa categoria com base em critérios relativos à dimensão da propriedade da família, predominância da mão-de-obra familiar e gestão familiar.

Em pouco mais de duas décadas, o Brasil passou a criar e implementar um conjunto de políticas específicas para o setor, que incluem o crédito, seguro, garantia de preço e compra da produção, assistência técnica e extensão rural (ATER), e acesso à terra. Desde 2003, essas políticas constituem o denominado Plano Safra, que define políticas, programas e recursos anualmente.

Estes são regulamentados por meio de marcos legais com linhas orçamentais da União, gestadas por uma pasta específica do Governo Federal, o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Políticas implementadas de forma integrada com outros ministérios, e particularmente com as políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional e o combate à pobreza.

O acesso a essas políticas se dá por meio do registo da agricultura familiar, denominada Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que, a partir de julho de 2017, se tornou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), e que se integra noutros registos no âmbito da saúde, educação, desenvolvimento social, entre outros, na busca de integração e complementariedade das políticas e dos recursos públicos.

and territorial development, and in the promotion of sustainability, according to their way of life and production, adapted to the natural resources and the biodiversity of Brazilian biomes.
More than five centuries after the discovery of Brazil, this segment has finally found a place within the Brazilian State's public policies, due to its economic and social importance. Family farming is now recognized, with its own needs and demands. After this, there was the creation and implementation of specific policies for the sector, considering the diversity of peoples, forms of life and production and natural resources available, among other dimensions. An important milestone was the Family Farming Law, approved in July 2006, which defines this category from criteria relating to the scale of the property of the family, and to the predominance of family labor and family management.

In a little more than two decades, Brazil started to create and to implement a set of specific politics for the sector, including credit, insurance, the guarantee of price and product purchase, technical assistance and agrarian extension (ATER), and access to the land. Since 2003, these policies constitute the "Harvest Plan" (Plano Safra) *that annually defines policies, programs, and resources, regulated through legal frameworks within the Union budget lines, created by a specific Federal Government department – the then Ministry of Agrarian Development (MDA), currently the Special Secretariat of Agriculture and Agrarian Development (SEAD) –, linked to the President's Civil House. These policies, implemented together with other ministries in an integrated way, are mainly focused on food security and nutrition and in the fight against poverty.*

Access to these policies is given through the registry of the family farm, called Pronaf Aptitude Declaration (Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP) *which, from July 2017 on, became the National Family Farming Registry* (Cadastro Nacional de Agricultura Familiar – CAF). *The latter, along with other records of health, education, social development, among others, intends to work in the pursuit*

Uma das políticas mais abrangentes é o crédito para a agricultura familiar (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), que beneficia mais de um milhão de famílias, alocando em torno de 6 bilhões de dólares por ano, em custeio de produção e investimento. Oferece condições específicas com base na renda anual, tipo de cultura, exploração agrícola, e público, incluindo produção orgânica e agroecológica, povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, e públicos como mulheres e jovens rurais, entre outros. Está associado à política de seguro (Programa Garantia-Safra) e de preços, fundamentais para evitar endividamento e perdas por fatores climáticos e oscilações de mercado, beneficiando cerca de um milhão de famílias, a maioria na região semiárida do Brasil.

Igualmente relevante, a política de ATER é implementada de acordo com a Política Nacional de ATER, baseada em conceitos contemporâneos de desenvolvimento, tais como sustentabilidade, participação, inovação, promoção da renda, segurança alimentar e nutricional, e inclusão. Isso se dá por meio de acordos da SEAD com organizações governamentais e não governamentais, associando recursos federais, estaduais, municipais e privados. Atualmente a Agência Nacional de ATER (ANATER) está vocacionada para coordenar a implementação dos serviços de ATER pública (gratuita) no país, para cerca de 1,5 milhões de famílias.

Mais recentemente, a criação da política de compras públicas, Programa de Aquisição dos Produtos da Agricultura Familiar (PAA), Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Compras Institucionais, tem demonstrado ter grande potencial na promoção da segurança alimentar e nutricional e na criação de mercado para a produção familiar. Grupos vulneráveis, assim como estudantes, servidores públicos, militares e outros vinculados a corporações estatais e privadas, passaram a consumir produtos da agricultura familiar. A iniciativa mais significativa é na alimentação escolar na rede pública de ensino, que, por meio de lei específica, define que pelo menos 30% dos produtos tenham origem na agricultura familiar.

of the integration and complementarities of policies and public resources.

One of the most comprehensive policies is the credit for family farming (National Program for the Strengthening of Family Farming – PRONAF), which benefits more than 1 million households, allocating around 6 billion dollars a year in production funding and investment. It provides specific conditions based on yearly income, type of crop, farm, and beneficiaries, including organic and agroecological production, people and traditional communities - such as indigenous and quilombolas-, and recipients as women and rural youth, among others. It is also associated to the insurance (Crop-Warranty Program) and prices policy, crucial to avoid debt and losses due to climatic factors and market fluctuations, benefiting approximately one million households, mostly in the semi-arid region of Brazil.

Also relevant, the technical assistance and agrarian extensions policy follows the ATER National Policy, based on contemporary concepts of development, such as sustainability, participation, innovation, promotion of income, inclusion, and food security and nutrition. This assistance occurs through agreements of the SEAD with governmental and non-governmental organizations, involving federal, state, and municipal resources. Currently, the National Agency of ATER (ANATER) is being deployed to coordinate the implementation of public (free) ATER services in the country, for about 1.5 million families.

More recently, the creation of the policy for public procurement, the Acquisition Program of Family Farming Products (PAA), the National School Food Programme (PNAE) and the Institutional Purchase Program have been shown to have great potential in promoting food security and nutrition and in creating a market for family production. Vulnerable groups, as well as students, civil servants, military personnel and others connected to State and private corporations, switched to consuming family farming products. The most significant initiative is on school meals in public schools, which through a specific law

No âmbito fundiário, o Programa de Reforma Agrária é responsável pelo assentamento de cerca de um milhão de famílias no país. Está associado a titulação de terras, que em 2017 beneficiou mais de 100 mil famílias, incluindo a Amazônia Legal. É segurança jurídica e acesso a políticas públicas, dando às famílias condições para investir e planejar o seu futuro.

A existência dessas políticas diferenciadas requer compreender cada vez melhor o que, e quem são os agricultores familiares no Brasil, sendo que o crédito foi a primeira motivação para o registo desses agricultores. Mas é um esforço contínuo e atualmente a SEAD está desenvolvendo uma metodologia de identificação e monitorização do Produto Interno Bruto da Agricultura Familiar no Brasil, o que certamente contribuirá para uma visão mais clara sobre o setor e seu papel no desenvolvimento.

Em julho de 2017, o Brasil teve o privilégio de sediar em Brasília a reunião do CONSAN-CPLP e, no caso específico da SEAD, de presidir a reunião do Grupo de Trabalho da Agricultura Familiar (GTAF) do CONSAN-CPLP, a qual aprovou as Diretrizes. Sem dúvida essa Iniciativa servirá de exemplo para outros países, em especial agora que foi declarada pelas Nações Unidas a Década da Agricultura Familiar 2019-2028.

O então MDA e, nos dois últimos anos a SEAD, têm atuado na cooperação Sul-Sul e na integração regional, no âmbito do Mercosul, por meio da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e mais recentemente com os países da CPLP. A parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tem sido estratégica e, no caso da CPLP, permitiu desenvolver um projeto específico em Moçambique, onde está sendo implantado um cadastro dos agricultores e da estrutura agrária do país e um sistema de ATER. E, um estudo inédito, com foco na caracterização da agricultura familiar nos Estados-Membros, por meio de consultores dos países, e de forma articulada com os mecanismos da CPLP, ao qual se associou Portugal com seus recursos próprios. A expectativa é lançar o estudo no Comité de Segurança Alimentar Mundial (CFS) em outubro de 2018, em Roma, quando acontecerá o evento paralelo voltado à década da agricultura familiar.

sets that at least 30% of the products must originate from family farming.
The Land Reform Program is responsible for the settlement of about one million households in the country through the land titling, which benefited over 100 thousand families in 2017 and included the "Amazônia Legal" *(Legal Amazônia). This program is about legal security and access to public policies, giving the families conditions to invest and to plan for their future.*

The existence of these differentiated policies requires a better understanding of what and who are the family farmers in Brazil, as the credit was the first motivation for the register of these farmers. However, this is a continuous effort, and currently, SEAD is developing a methodology for identifying and monitoring the Gross Domestic Product of Family Farming in Brazil, which will undoubtedly contribute to a more clear view of the sector and its role in development.

In July 2017, Brazil had the privilege to host the CONSAN-CPLP meeting in Brasilia and, in the specific case of SEAD, presiding over the meeting of the CONSAN-CPLP Family Farming Working Group (FFWG/GTAF), which approved the Guidelines. There is no doubt this initiative will serve as an example for other countries, especially now that 2019-2028 was declared, by the United Nations, the Decade of Family Farming.

The MDA and, in the last two years, the SEAD have been active in the South-South cooperation and the regional integration within the framework of MERCOSUR, through the Specialized Meeting on Family Farming of Mercosur (REAF) and more recently, with the CPLP countries. The partnership with the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) has been strategic and, in the case of the CPLP, allowed for the development of a specific project in Mozambique, where a registry of farmers and the agrarian country is being implemented, along with an ATER (technical assistance and agricultural

Atualmente, a construção da identidade e de espaços políticos e aplicados para a agricultura familiar vem avançando em menor ou maior intensidade nos países do hemisfério Sul. No Mercosul todos os países já adotaram a identidade dessa categoria e, de alguma forma, isso se traduz em políticas públicas, aparatos de estado e recursos voltados para o setor. Na CPLP, as diretrizes de apoio à Agricultura Familiar certamente criam um ambiente muito favorável para os Estados Membros avançarem no tema da agricultura familiar, na perspetiva de vislumbrar e consolidar o seu papel na segurança alimentar e nutricional, mas ainda mais abrangente, no desenvolvimento sustentável dos países e da Comunidade.

extension) system. Also, a new study is being done, focusing on the characterization of family farming in the Member States, with local consultants, in articulation with the mechanisms of the CPLP, and to which Portugal brought resources. The expectation is to launch the study in the Committee on World Food Security (CFS) in October 2018, in Rome, when the parallel event related to the Decade of family farming will take place.

Currently, the construction of the identity and political and applied spaces to family farming is advancing, to a higher or lower degree, in the countries of the southern hemisphere. All the MERCOSUR countries have already adopted this category identity, and somehow that translates into public policies, State apparatus and resources focused on the sector. In the CPLP, the Family Farming Support Guidelines certainly creates a very favorable environment for the Member States to move forward on the theme of family farming, with a view to envision and consolidate their role in food security and nutrition, but even more comprehensively, in the sustainable development of the countries and of the community.

Projecto: "Intercâmbio de Experiências e Diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar entre Brasil e Moçambique"

Project: "Exchange of Experiences and Dialogue between Brazil and Mozambique on Family Farming Public Policies"

Sandra Silva

Engª Agrónoma, Diretora Nacional de Extensão Agrária

Agriculture Engineer, National Director of Agricultural Extension

Introdução

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2011-2020) enfatiza o papel estratégico da agricultura familiar na erradicação da fome e da pobreza, assim como a sua importante contribuição para a segurança alimentar e nutricional e geração de rendimentos. É nesse âmbito que o Governo de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), e o Governo Brasileiro, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), rubricaram em 2016 o Projecto de Intercâmbio de Políticas Públicas, com o objectivo de contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento rural baseadas no fortalecimento da agricultura familiar em Moçambique, tendo como base a experiência do Brasil.

O presente artigo partilha **a experiência moçambicana no processo de construção de um sistema de registo e cadastro de agricultores familiares e de fornecedores de serviços de extensão agrária**, no âmbito da implementação desse projecto.

Introduction

The Strategic Plan for the Development of the Agricultural Sector (PEDSA, 2011-2020), emphasizes the strategic role of family farming in the eradication of hunger and poverty, as well as its significant contribution to food security and nutrition and income generation. In this context, the Government of Mozambique, through the Ministry of Agriculture and Food Security (MASA), and the Brazilian Government, through the Brazilian Cooperation Agency (ABC), signed, in 2016, the Public Policies Exchange Project, with the goal to contribute to the strengthening and sustainability of rural development policies based on the enhancement of family farming in Mozambique, following the Brazilian experience.

*This article **shares the Mozambican experience in the process of building a system of recording and registration of family farmers and agrarian extension services providers** in the context of the implementation of that project.*

Sector Agrário em Moçambique

O sector agrário em Moçambique é constituído por aproximadamente 4 milhões de explorações, que cultivam uma área de cerca de 5,6 milhões de hectares[1]. Refira-se que o país dispõe de um potencial de 36 milhões de hectares de terra arável e os pequenos produtores dominam, com 99% do total de explorações, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: N.º de explorações por tamanho

Exploração	Número	% (Total)
Pequenas	3,962,073	98,68
Médias	51,872	1,29
Grandes	728	0,01
Total	4,014,673	100

Fonte: Inquérito Agrícola Integrado, 2015.

The Agrarian Sector in Mozambique

The agrarian sector in Mozambique consists of approximately 4 million farms that cultivate an area of about 5.6 million hectares (1 hectare = 2.47 acres) (IAI 2012 and CAP 2010). It should note that the country has a potential of 36 million hectares of arable land and that small producers dominate, with 99% of total farms, as shown in Table 1.

Table 1: Number of farms by size

Farms	*Number*	*Total %*
Small	*3,962,073*	*98.68*
Average	*51,872*	*1.29*
Large	*728*	*0.01*
Total	*4,014,673*	*100*

Source: *IAI (2015)*

No sector familiar, a produção de alimentos básicos constitui a principal fonte de subsistência, e o sistema de cultivo é predominantemente em sequeiro, estando por isso sujeita às variações climáticas O sector tem rendimentos baixos e a maior parte da produção destina-se ao autoconsumo.

In the family sector, the production of staple foods is the primary source of livelihood, and the predominant in the upland farming system, and is therefore subject to climatic changes. The sector has low income, and the most significant part of the production is intended for self-consumption.

Assistência Técnica aos Pequenos Produtores

A assistência técnica aos pequenos produtores é assegurada pelos Serviços Públicos de Extensão Agrária e pelo Sector Privado, sendo isso reconhecido no Plano Director de Extensão Agrária (2007-2017). As abordagens de extensão mais comuns em Moçambique são o Treinamento e Visita (T&V) e a metodologia Escola na Machamba do Camponês (EMC). As principais mensagens disseminadas estão relacionadas com prácticas de cultivo melhoradas, controle de doenças em animais, promoção de sistemas agroflorestais, gestão de recursos naturais, pós-colheita, educação nutricional, género e outros assuntos transversais. Para a capacitação dos extensionistas, a Direção

1. Inquérito Agrícola Integrado, 2012; Censo Agro-Pecuário (CAP) 2009-2010: Resultados Definitivos – Moçambique.

Technical Assistance to Small Producers

Technical assistance to small producers, recognized in the Agrarian Extension Strategic Plan (2007-2017) is ensured by the Agrarian Extension Public Services and by the Private Sector. The most common extension approaches in Mozambique are Training and Visits (T&V) and the Peasant's Farm School methodology ("Escola na Machamba do Camponês" – EMC). The main disseminated key messages are related to improving growing practices, animal disease control, promotion of agroforestry systems, natural resource management, post-harvesting, nutrition education, and other cross-cutting issues. For the training of extension workers, the National Directorate of Agrarian Extension (DNEA) held joint activities with the Research Services, MASA's Techni-

Nacional de Extensão Agrária (DNEA) realiza actividades conjuntas com os Serviços de Investigação, as Direcções Técnicas do MASA e a Academia. A Tabela 2 apresenta a cobertura dos serviços de extensão.

Tabela 2: Assistência por tipo de operador

Provedor	N.º Extensionistas	N.º Produtores
Público	1,853	679,297
ONG	654	336,507
Privados	751	249,274
Total	3,268	1,265,078

Fonte: DNEA, 2018.

Apesar de condições existentes favoráveis para o desenvolvimento agrário, o sector, continua a enfrentar alguns desafios, nomeadamente:

· Baixa utilização de insumos agrícolas melhorados;
· Limitada cobertura dos serviços de extensão;
· Limitado acesso ao mercado (insumos e excedentes);
· Elevadas perdas pós-colheita (30%);
· Mudanças climáticas.

Projecto Trilateral Moçambique, Brasil e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

É um projecto implementado pelo Governo de Moçambique através do MASA, em parceria com o Governo Brasileiro, através da ABC e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), com a assistência técnica da FAO. O projecto, em implementação desde Junho de 2017, tem a duração de 18 meses.

O objectivo do projecto é contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das políticas públicas para a agricultura familiar em Moçambique, esperando-se dois grandes resultados, nomeadamente:

cal Directorates and the Academy. Table 2 presents the coverage of extension services.

Table 2 - Assistance by type of operator

Provider	*Number of extension agents*	*Number of producers*
Public	*1,853*	*679,297*
NGO	*654*	*336,507*
Private	*751*	*249,274*
Total	*3,268*	*1,265,078*

Source: *DNEA (2018)*

Although there are favorable conditions to the agricultural development, the sector continues to face some challenges, including:

· Low use of improved agricultural inputs;
· Limited coverage of extension services;
· Limited access to the market (inputs and surpluses);
· High post-harvest losses (30%);
· Climate change.

Trilateral Project between Mozambique, Brazil and the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)

This is a project implemented by the Government of Mozambique through MASA, in partnership with the Brazilian Government, through the ABC and the Special Secretariat for Family Farming and Agrarian Development (SEAD), with the technical assistance of FAO. The project, under implementation since June of 2017, has the duration of 18 months.

The goal of the project is to contribute to the strengthening and sustainability of public policies for family farming in Mozambique, and two significant results are expected, namely:

(i) Desenvolvimento de instrumentos orientadores para valorização da Agricultura Familiar:
· Elaborado um documento orientador para a caracterização do sector familiar;
· Elaboradas diretrizes operacionais para o cadastro de produtores do sector familiar e de provedores de serviços de extensão e assistência técnica; e
· Desenhado um sistema informático para operacionalizar o cadastro de produtores e dos provedores de assistência técnica.

(ii) Programas e instrumentos estratégicos fortalecidos para melhorar a assistência aos produtores:
· Contribuir para a elaboração do Plano Director de Extensão Agrária (2018-2028).

No âmbito da implementação do projecto foram realizadas as seguintes actividades:
1. Intercâmbios técnicos entre Moçambique e Brasil para definição de resultados e indicadores do projecto;
2. Encontros com actores locais relevantes (União Nacional de Camponeses (UNAC), Universidades locais e outras organizações da sociedade civil) para enriquecer o processo de formulação;
3. Seminário Nacional para Cadastro e Caracterização da Agricultura Familiar em Moçambique onde foi recomendado a realização de seminários regionais, os quais decorreram em três províncias (Inhambane, Nampula e Sofala);
4. Auscultação a diferentes instituições sobre o processo de construção do aplicativo informático para o registo e cadastramento;

Principais recomendações dos seminários regionais:
· Diferenciar a área trabalhada em cada período e área total do agricultor familiar;
· Identificar a principal fonte de renda do agricultor familiar;
· Identificar o local de residência do agricultor familiar;
· Identificar a principal fonte de mão-de-obra na exploração agrícola;
· Definir critérios para considerar trabalhador permanente nas explorações;
· Uso de mecanização (para que tipo de operação);
· Utilização de áreas de pastagem comunitária (relacionado ao tamanho da área);

(i) The development of instruments for the promotion of Family Farming:
· A guiding document for the characterization of the family farming sector;
· Operational guidelines for the registration of family farmers and providers of extension and technical assistance; and
· A computer system to operationalize the registration of producers and technical assistance providers designed.

(ii) Strategic programmes and instruments to improve assistance to farmers strengthened:
· To contribute to the elaboration of the Agrarian Extension Strategic Plan (2018-2028).

In the context of the project's implementation, the following activities were developed:
1. Technical exchanges between Mozambique and Brazil for the definition of results and indicators of the project;
2. Meetings with relevant local actors (National Union of peasants – UNAC), local universities and other civil society organizations) to enrich the formulation process;
3. National seminar for the Registration and Characterization of family farming in Mozambique - where there was a recommendation to hold regional workshops, which took place in three provinces (Inhambane, Nampula, and Sofala);
4. Hearing different institutions on the construction process of the computer application for recording and registration;

Main recommendations of the regional seminars:
· Differentiate the area worked in each period and the total area of the family farmer;
· Identify the primary source of income of the family farmer;
· Identify the place of residence of the family farmer;
· Identify the primary source of labor on the farm;
· Define criteria to consider a worker as a permanent worker on the farms;
· Use of mechanization (for what type of operation);

· Número de galinhas com diferenciação (galinhas de corte e galinhas landim).

Considerações Finais

O cadastramento dos agricultores familiares e dos provedores de serviços de extensão agrária irá contribuir para:

· Melhorar a informação sobre a assistência aos produtores pelas redes de extensão pública;

· Melhorar a informação sobre a distribuição geográfica e assegurar maior controlo dos provedores de serviços de extensão agrária não públicos;

· Permitir melhor direccionamento do tipo de assistência a dar aos pequenos produtores;

· Facilitar e permitir um maior controle sobre o acesso e gestão do crédito agrário;

· Fornecer informação importante para gerir a assistência aos produtores em casos de emergência.

(A autora escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico)

· Use of community grazing areas (related to the size of the area);

· Number of chickens with differentiation (broiler chickens and "landim" hens).

Final Considerations

The registration of family farmers and agrarian extension service providers will contribute to:

· Improve information on the assistance to the producer by public extension networks;

· Improve geographic distribution information and ensure greater control of providers of non-public agrarian extension services;

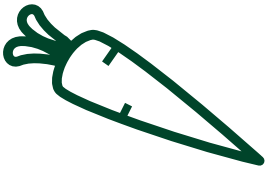
· Allow for better direction on the type of assistance to be given to small producers;

· Facilitate and enable greater control over the access and management of agrarian credit;

· Provide relevant information to manage producer

Estatuto da Agricultura Familiar: um marco irreversível no desenvolvimento rural

The Family Farming Statute: an irreversible landmark on the rural development



Miguel Freitas

Secretário de Estado das Florestas
e do Desenvolvimento Rural

State Secretary for Forestry and Rural Development

Há um tempo novo para a agricultura familiar, com o reconhecimento da sua importância na Agenda 2030 e a aprovação da Década da Agricultura Familiar na 72.ª Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2017, sendo de realçar a posição pioneira da CPLP, ao assinar a Carta de Lisboa, em colocar esta prioridade no centro da agenda política do espaço lusófono.

No plano multilateral, este é um elemento essencial para a definição de um quadro de cooperação orientado para questões de desenvolvimento rural, numa perspetiva transversal e integrada, em que a valorização do capital social e humano deve dominar as preocupações das políticas territoriais e setoriais e a inovação deve modelar as respostas em matéria de organização, quer institucional quer empresarial.

No plano nacional, está criado o espaço para a definição de um quadro normativo, adaptado à realidade de cada um dos países, que permita expressar a transversalidade nas medidas de apoio e mobilizar múltiplas áreas de governação para um mesmo objetivo: dignificar a agricultura familiar e dar condições para a sua integração nos processos de desenvolvimento em todos os territórios.

There is a new time for family farming, with the recognition of its importance in the 2030 Agenda and the approval of the Decade of Family Farming at the 72nd General Assembly of the United Nations in December 2017. We must also highlight the pioneering position of the Community of Portuguese Speaking Countries in signing the Lisbon Charter and putting this priority at the center of the political agenda of the Lusophone region.

At the multilateral level, this is an essential element for the definition of a cooperation framework. This framework must aim at rural development issues in a transversal integrated perspective; in which the value of the social and human capital must master the concerns of the territorial and sectoral policies, and innovation must shape the organizational responses, both business and institutional wise.

At the national level, the space for the definition of a regulatory framework is created and adapted to the reality of each country; this allows to express the transversality in the support measures and to mobilize multiple areas of governance for the same goal: to dignify family farming and giving conditions for its integration in the development processes in all the territories.

O Governo português deu um passo em frente e aprovou desde já o Estatuto da Agricultura Familiar[1]. Este é um passo de gigante, pois só o reconhecimento de que existe uma agricultura familiar com necessidades próprias e desempenhos específicos e diversificados, agentes principais para a produção de bens públicos e forte impacto na ocupação de territórios em risco de abandono, modelando magnificas paisagens alimentares e agroflorestais do país, constitui um marco irreversível. Para a agricultura familiar haverá a partir daqui um antes e um depois da aprovação deste estatuto.

Desde logo, admite-se a necessidade de programas orientados, quer no apoio à produção e organização, como no apoio aos rendimentos, mas também no domínio do fornecimento de proximidade às instituições públicas e nos mercados locais. Além disso, pretende-se adequar o sistema fiscal e de segurança social à realidade concreta dos cerca de 100 000 agricultores a que se pretende chegar. Finalmente, destaque-se a necessidade de criar modelos de geração de conhecimento e inovação apropriados à pequena escala, estimulando a colaboração entre agentes públicos e privados, através da implementação e animação de centros de competência.

Refira-se que a aprovação deste estatuto para a agricultura familiar não é um ato isolado. A aprovação do novo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, com uma alteração de filosofia e estratégia para o processo de desenvolvimento, que aponta no sentido de valorizar capital natural e social de todos os territórios e a preparação do Programa Nacional de Coesão Territorial com medidas concretas para a fixação de empresas e empregos, mas também da criação de condições de fixação das pessoas em áreas mais deprimidas ou mais afastadas dos polos urbanos, vão no sentido de privilegiar medidas de diversificação de rendimentos para as economias com maior fragilidade ou com maior dificuldade de integração nos grandes mercados.

1. Decreto-Lei n.º 64/2018. Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/115933868

The Portuguese Government has taken a step forward and has already approved the Family Farming Statute[1]. This is a giant step, because the recognition that there is a family farming sector with its own needs and specific and diverse performances; with main agents for the production of public goods and a substantial impact on the occupation of territories at risk of abandonment and who are shaping the country's magnificent food and agroforestry landscapes, is a milestone. There will be, from now on, a before and an after the adoption of this Family Farming Statute.

From the start, the Statute takes into account the need for targeted programs, both in production and organization support – such as in income support, but also in the field of proximity supply to public institutions and local markets. The Statute also previews that the tax and social security system will adapt to the concrete reality of the estimated 100,000 targeted farmers. Finally, we highlight the need to create knowledge generation and innovation models suitable for the small-scale, stimulating the collaboration between public and private agents, through the implementation and animation of expertise centers.

We must notice that the approval of this Family Farming Statute is not an isolated act. The new National Programme for Land Use and Management suffered a change in the philosophy of the development process and strategy, pointing towards the valorization of the natural and social capital of all territories. Also, the National Territorial Cohesion Programme, under preparation, has concrete measures for the establishment of businesses and jobs, but also for creating conditions for people to remain in depressed areas or further away from the urban centers. Both these programmes will focus on measures to diversify income for more fragile economies

1. *Decreto-Lei n.º 64/2018. Available on:* https://dre.pt/application/conteudo/115933868

Estes novos instrumentos são essenciais quando se inicia um novo ciclo de programação de fundos estruturais, quer por via da mobilização de mais recursos financeiros, quer pela mudança necessária no modelo de governação multinível que deve ter em conta a base concreta do território em que vai atuar, com um estímulo acrescido à integração, participação e colaboração.

Estamos, pois, num tempo de escolhas e há agora uma nova legitimidade para políticas de desenvolvimento que permitam uma maior coesão territorial e social, estimulando a construção de novas relações entre o urbano e o rural, entre o público e o privado, entre as empresas, as instituições e as organizações setoriais. E a agricultura familiar tem um papel relevante a desempenhar nessas novas de relações para que o país seja um todo.

or economies with greater difficulty of integration in large markets.
These new instruments are essential when starting a new round of structural funds programming, not only by mobilizing more financial resources but also for promoting the necessary change in the model of multilevel governance, which should take into account the specific territory it will act on, with an added stimulus to integration, participation, and collaboration.

We are in a time of choices and there is now a new legitimacy for development policies that allow greater social and territorial cohesion, stimulating the construction of new relations between urban and rural, between public and private, and between companies, institutions, and sectoral organizations. So, family farming has an important role to play in these new relationships for the country to be a whole.

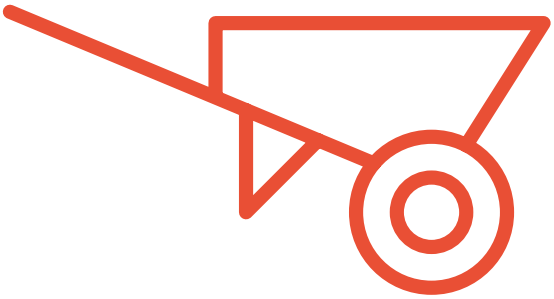
A patrimonialização de Sistemas Agrícolas na CPLP

The patrimonialization of Agricultural Systems in the CPLP

Joana Rocha Dias

Facilitadora técnica do MSC-CONSAN e membro do Comité de coordenação do MSC no CSA

MSC-CONSAN Technical facilitator and member of the MSC coordination commitee for the CFS



"O envolvimento da sociedade civil é muito importante, já que os sistemas conhecidos como Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial requerem participação ativa dos agricultores e de outros atores locais relevantes. Portanto, felicito a sociedade civil da Comunidade de Países de Língua Portuguesa por abraçar a iniciativa e dinamizá-la nos Estados-Membros da Comunidade."

José Graziano da Silva, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Julho de 2018 [1]

Em 2002, durante a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburg, África do Sul), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Alimentação (FAO) lançou uma Parceria Global para a conservação e gestão adaptativa de "Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial" (SIPAM [2]). Desde então, tem-se assistido à consolidação da patrimonializa-

1. Mensagem vídeo enviada por José Graziano da Silva, Diretor-Geral da FAO, por ocasião do Seminário Internacional SIPAM na CPLP, que teve lugar em julho de 2018, na Ilha do Sal - Cabo Verde, coorganizado pelo MSC-CONSAN e pelo Secretariado Executivo da CPLP.

2. Em inglês, *Globally Important Agricultural Heritage System* (GIAHS). Mais informações disponíveis em http://www.fao.org/3giahs/en/.

"Civil society's engagement is critical, as the systems known as Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS) require the active participation of farmers and other relevant local actors. I congratulate the civil society of the Community of Portuguese Speaking Countries for embracing and promoting the initiative in the Member States of the Community."

José Graziano da Silva, Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations, July 2018 [1]

In 2002, during the World Summit on Sustainable Development (Johannesburg, South Africa), the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) launched a Global Partnership for the conservation and adaptive management of "Globally Important Agricultural Heritage Systems" (GIAHS [2]*).*

1. Video message sent by José Graziano da Silva, Director-General of FAO, on the occasion of the international seminar GIAHS in the CPLP, which took place in July 2018, on the island of Sal - Cape Verde, co-organized by MSC-CONSAN and by the CPLP Executive Secretariat.

2. More information is available on http://www.fao.org/3giahs/en/.

ção de sistemas agrícolas, tendo o programa conquistado reconhecimento a nível internacional e nacional. Este movimento acompanha a centralidade conferida pela comunidade internacional à urgente preservação da biodiversidade, colocando este conceito numa posição biopolítica global fundamental.

Atualmente, existem mais de meia centena de SIPAM reconhecidos em 21 países (um dos quais num país de língua portuguesa [3]), abrindo novas e renovadas perspetivas de (re)pensar a conservação dinâmica e a promoção da diversidade agrícola e socioambiental, enfatizando a sua dimensão patrimonial e assegurando a contribuição para os cinco critérios SIPAM: **i)** Segurança Alimentar e Nutricional e meios de subsistência da população e das comunidades; **ii)** Biodiversidade e função do ecossistema; **iii)** Sistemas de conhecimento e tecnologias adaptadas; **iv)** Cultura, sistemas de valores e organizações sociais; **v)** Paisagens excecionais, características da gestão da terra e recursos hídricos.

Nos países de língua portuguesa, desde 2012, a ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento tem vindo a empreender esforços no sentido de sensibilizar os diferentes atores, membros e participantes, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP) para a importância de promover a formulação de propostas de SIPAM e da implementação de planos de ação respetivos nos países da CPLP, visando assim contribuir para a adoção de políticas que integram o património agrícola nos programas de desenvolvimento, para a utilização sustentável da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados e para a realização do direito humano à alimentação adequada.
Neste sentido, em junho de 2017, por ocasião da II Sessão extraordinária do CONSAN-CPLP, que teve lugar em Brasília, Brasil, a iniciativa regional SIPAM foi inscrita no

3. O Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso (Portugal) foi o primeiro SIPAM reconhecido em países de língua portuguesa, tendo 4sido aprovado em Abril de 2018, durante o 6.º Encontro do Grupo de Aconselhamento Científico do Programa SIPAM da FAO. Mais informações sobre este sistema agrícola disponíveis em http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-slyvo-pastoral-system/en/.

Since then, we have watched the strengthening of the patrimonialization of agricultural systems, and the programme has been recognized both at national and international levels. This movement follows up to the focus given by the international community to the critical biodiversity preservation, putting this concept in a central global position in biopolitics.

Currently, there are over fifty GIAHS recognized in 21 countries (one of which a Portuguese speaking country [3]), opening up new and renewed prospects for (re)thinking the dynamic preservation and the promotion of agricultural and socioenvironmental diversity, emphasizing the heritage dimension and ensuring the contribution to the five GIAHS criteria. The criteria are:
***1)** People's and communities' livelihoods and food security and nutrition; **2)** Biodiversity and ecosystem function; **3)** Knowledge systems and adapted technologies; **4)** Culture, value systems, and social organizations; **5)** Exceptional landscapes, characteristics of land management and water resources.*

ACTUAR – Association for Cooperation and Development has been since 2002 undertaking efforts to mobilize the different actors, members and participants of the Food Security and Nutrition Council of the Community of Portuguese Speaking Countries (CONSAN-CPLP) to the importance of promoting the formulation of GIAHS proposals, and to the implementation of connected action plans in the CPLP countries. This would contribute to the adoption of policies integrating agricultural heritage in development programs, to the sustainable use of biodiversity and associated traditional knowledge, and to the realization of the human right to adequate food.

3. The Agro-Silvo-Pastoral System of Barroso (Portugal) was the first GIAHS recognized in Portuguese-speaking countries, approved in April 2018, during the 6th Meeting of the Scientific Advisory Group of the FAO GIAHS Program. More information on this agricultural system is available on http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-slyvo-pastoral-system/en/.

plano de ação 2017/2018 do CONSAN-CPLP, com aprovação por unanimidade dos diferentes atores (governos dos diferentes Estados-Membros e mecanismos legalmente constituídos), tendo sido atribuída a responsabilidade de coordenação desta iniciativa regional ao Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN-CPLP [4]).

Em fevereiro de 2018, por ocasião da Reunião de Alto-Nível sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP (RANAF [5]), os Estados Membros reconfirmaram e reforçaram o seu compromisso com a implementação da iniciativa SIPAM na CPLP, o qual ficou inscrito na Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, assinada por todos os Estados-Membros, pela Secretária Executiva da CPLP, pelo Diretor-Geral da FAO e por representantes dos Mecanismos de facilitação da participação social no CONSAN-CPLP. O item 10 da Carta de Lisboa explicita:

"10. Os Estados Membros comprometem-se a proteger, promover, respeitar e garantir a gestão participativa do acesso e do uso da biodiversidade, dos recursos naturais, da paisagem e dos conhecimentos tradicionais associados, assim como apoiar a preservação ativa dos sistemas agrícolas tradicionais, através do estímulo de processos de candidatura de Sistemas Agrícolas Património da CPLP ao *Globally Important Agricultural Heritage System* (GIAHS), desenvolvido pela FAO".

Na sequência das atividades da RANAF, o MSC-CONSAN-CPLP organizou, em colaboração com o Secretariado Executivo da CPLP e com o apoio da FAO, um seminário internacional sobre SIPAM na CPLP, o qual teve lugar em julho de 2018, na Ilha do Sal, Cabo Verde. Cerca de meia centena de representantes de Governos, organizações internacionais, sociedade civil, universidades e setor privado participaram neste evento, onde foram apresentados e discutidos os resultados de visitas técnicas nacionais para delimitação participativa de sistemas agrícolas potenciais candidatos a SIPAM. Os participantes concordaram com a importância de desenvolver uma metodologia participa-

4. Mais informações sobre o MSC-CONSAN disponíveis em http://www.msc-consan.org.

5. Mais informações sobre a RANAF disponíveis em http://www.cplp.org/id-4868.aspx.

In this sense, in June 2017, on the occasion of the Second Extraordinary Session of the CONSAN-CPLP, in Brasilia, Brazil, the GIAHS's regional initiative was inscribed in the CONSAN-CPLP's action plan for 2017/2018. The responsibility of coordinating this regional initiative, unanimously approved by the different actors (Governments of the several Member States and legally established mechanisms), was assigned to the Mechanism for the Facilitation of the Participation of Civil Society in the CONSAN-CPLP (MSC CONSAN-CPLP [4]).

In February 2018, during the High-Level Meeting on Family Farming and Sustainable Development in the CPLP (HLMFF [5]), Member States reconfirmed and reinforced their commitment to the implementation of the GIAHS initiative within the CPLP. The initiative was inscribed in the Charter of Lisbon for the Strengthening of Family Farming, and signed by all Member States, by the Executive Secretary of the CPLP, by the Director-General of FAO and by representatives of the Mechanisms for the Facilitation of the Participation of Civil Society in the CONSAN-CPLP. Item 10 of the Lisbon Charter states that:

"10. The Member States pledge to protect, promote, respect and ensure the participatory management of access to and use of biodiversity, natural resources, landscape and of associated traditional knowledge, as well as support the active preservation of traditional farming systems, through the encouragement for the application of CPLP's Agricultural Heritage Systems to the Globally Important Agricultural Heritage System (GIAHS), developed by FAO".

Following the HLMFF activities, the MSC CONSAN-CPLP co-organized, with the Executive Secretariat of the CPLP and with the support of FAO, an international seminar on GIAHS in the CPLP, which took place in July 2018, on Sal Island, in Cape Verd. About half a hundred of representatives of Governments, international organizations, civil society, universi-

4. More information about the MSC-CONSAN available at https://www.msc-consan.org.

5. More information about the HLMFF available at https://www.cplp.org/id-4868.aspx.

tiva de promoção e proteção de SIPAM na CPLP, a partir de uma abordagem de direitos e centrada na agricultura familiar e no reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais e indígenas sobre os seus conhecimentos, inovações e práticas, em consonância também com a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028.

De facto, não obstante o inegável papel das comunidades tradicionais na preservação e utilização da diversidade biológica e no fornecimento de bases epistemológicas para parte dos alimentos que utilizamos atualmente, subsiste ainda um paradigma de relações entre conhecimentos e entre povos que manifestamente sustenta e reproduz desigualdades socioeconómicas, políticas e epistemológicas, hierarquias e subordinações (DIAS, 2015[6]): "o 'novo' reconhecimento do Outro transforma-se em mais uma versão do 'velho' processo colonial de o transformar em recurso a ser explorado" (SANTOS, 2006: 280[7]). O acesso à biodiversidade e a conhecimentos tradicionais associados levanta, assim, uma intensa discussão sobre direitos e formas de produção de conhecimentos que dificilmente se enquadra nos sistemas regulatórios vigentes, exigindo mecanismos apropriados de diálogo e intercomunicabilidade, que poderão consubstanciar-se na patrimonialização de sistemas agrícolas SIPAM, que garantam: **i)** centralidade dos agricultores familiares como guardiães dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; **ii)** mecanismos de governança multi-atores SIPAM; **iii)** análise de sistemas agrários, tendo em consideração a análise de relações de poder e de género; **iv)** sistemas de produção sustentáveis, de transição agroecológica; **v)** monitorização da implementação do SIPAM. O reconhecimento SIPAM para sistemas agrícolas na CPLP significará, assim, o reconhecimento da centralidade destes sistemas complexos, diversos e adaptados localmente a ambientes hostis, sendo resultado de interações contí-

6. DIAS, Joana Rocha (2015). *Governação, Conhecimentos Tradicionais e Inovação Colectiva: diversidade biológica, institucional 7e epistemológica*. Tese de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Orientadores: Prof. Doutor José Reis e Doutor Tiago Santos Pereira.

7. SANTOS, Boaventura de Sousa (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* [Para um novo senso comum. A 8ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV]. Porto: Edições Afrontamento.

ties, and private sector participated in this event, organized to present and discuss the results of national technical visits for the participatory delimitation of agricultural systems potentially candidates to the GIAHS. Participants agreed on the importance of developing a participatory methodology for the promotion and protection of GIAHS in the CPLP, based on a rights-based approach to family farming and in the recognition of the rights of traditional and indigenous communities on their knowledge, innovations and practices, in line with the United Nations Decade of Family Farming 2019-2028.

*In fact, despite the undeniable role of traditional communities in the preservation and use of biological diversity and in providing epistemological bases for some of the food we currently use, there is still a paradigm of relations between knowledge and between peoples that manifestly supports and reproduces socioeconomic, political and epistemological inequalities, hierarchies and subordination (DIAS, 2015[6]): "the 'new' recognition of the Other becomes another version of the 'old' colonial process of transforming them in resources to be exploited" (SANTOS, 2006: 280[7]). Access to biodiversity and associated traditional knowledge raises an intense discussion about rights and forms of knowledge production that hardly fits in existing regulatory systems. It would require appropriate dialogue and intercommunicability mechanisms, reflecting in the patrimonialization of GIAHS' agricultural systems, ensuring: **1)** centrality of farmers as guardians of traditional knowledge associated with biodiversity; **2)** multi-stakeholder GIAHS's governance mechanisms; **3)** agricultural systems analysis, considering*

6. *DIAS, Joana Rocha (2015).* Governação, Conhecimentos Tradicionais e Inovação Colectiva: diversidade biológica, institucional e epistemológica. *Doctoral thesis in Governance, Knowledge, and Innovation. Faculty of Economics of the University of Coimbra Supervisors: Professor José Reis (PhD.) and Tiago Santos Pereira (PhD.)*

7. *SANTOS, Boaventura de Sousa (2006).* A gramática do tempo: para uma nova cultura política *[Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV]. Porto: Edições Afrontamento.*

nuas e sinergias consolidadas ao longo de gerações. A sua resiliência tem dependido (e continuará a depender) da sua capacidade de conservação dinâmica, de adaptação aos novos desafios sem perder a sua especificidade e capacidade produtiva. Não se refere, pois, ao passado, mas ao futuro, concentrando as suas forças e as suas especificidades nas populações, nas comunidades tradicionais e nos agricultores familiares, os guardiães desses sistemas de conhecimento sócio-organizacional, económico, cultural e produtivo.

the analysis of power and gender relations; 4) sustainable production systems, of ecological transition; 5) monitoring of the GIAHS' implementation.

The GIAHS's recognition for agricultural systems in the CPLP will mean the recognition of the centrality of these systems, so complex, diverse and locally adapted to hostile environments, as the result of ongoing interactions and synergies well established over generations. Their resilience has depended on (and will continue to depend on) their dynamic conservation ability and their adaptation to new challenges without losing their specificity and productive capacity. We're not talking about the past, but about the future: focusing its forces and its particularities in populations, traditional communities and family farmers, who are the custodians of those socio-organizational, economic, cultural and productive knowledge systems.

Qualidade Diferenciada como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe

Differentiated Quality as a Strategy for Sustainable Development in Sao Tome and Principe

Celso Pontes

Coordenador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe

Coordinator of the National Food Security and Nutrition Council in Sao Tome and Principe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular de origem vulcânica, situado ao largo da costa ocidental da África, no Golfo da Guiné, ao oeste da costa Gabonesa, a 00 25'N de latitude e a 60 20'E de longitude. O arquipélago é constituído pelas ilhas de São Tomé e de Príncipe, que distam 150 km uma da outra, e por alguns ilhéus, somando uma superfície total de 1001 km². Administrativamente, o país está dividido em seis distritos na ilha de São Tomé e uma região autónoma que é a ilha do Príncipe. A zona marítima exclusiva cobre 160 000 km². A ilha principal, São Tomé, com uma superfície de 559 km², encontra-se a cerca de 300 km a Oeste da costa de Gabão. Príncipe, a segunda maior ilha habitada, com uma superfície de 109 km², situa-se a 150 km a Norte de São Tomé. Com uma população total de aproximadamente 200 mil habitantes, com pouco mais de 50% de mulheres, e uma população jovem de menos de 25 anos de cerca de 62%. A taxa de crescimento natural da população em 2014 foi de 2,76%, onde o setor agrícola é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico do país.

The Democratic Republic of Sao Tome and Principe is a small volcanic island country located off the West coast of Africa, in the Gulf of Guinea, West of the coast of Gabon, at 00 25'N of latitude and 60 20'E of longitude. The archipelago is made up of the islands of Sao Tome and Principe, which are at 150 km of each other, and some islanders, scoring a total surface of 1,001 km². Administratively, the country is divided into six districts on the island of Sao Tome and an autonomous region that is the island of Prince. The exclusive maritime zone covers 160,000 km². The main island, Sao Tome, with a surface area of 559 km², lies about 300 km west of the coast of Gabon. Principe, the second largest inhabited island, with a surface of 109 km², is located 150 km north of Sao Tome. It has a total population of approximately 200,000 inhabitants, with just over 50% of women, and around 62% of a young population under 25 years old. The natural growth rate of the population in 2014 was 2.76%, and the agricultural sector is critical to the socio-economic development of the country.

Neste sentido, o governo de São Tomé e Príncipe, através do Projeto de Apoio à Pequena Agricultura Comercial (PAPAC) tem dado continuidade ao trabalho iniciado pelo Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF) e pelo Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA) na redução da pobreza e da insegurança alimentar nas áreas rurais, com o objetivo específico de fornecer aos 4.750 agregados familiares mais vulneráveis oportunidades de acesso a um rendimento sustentável resultante de uma avaliação justa da sua produção agrícola e pecuária no nicho de mercado para exportação e no mercado local. Estes programas, que vêm tendo continuidade desde 2003, e têm como pano de fundo a "Qualidade Diferenciada como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe", consistem em desenvolver fileiras agrícolas com potencialidade diferenciada, principalmente na produção de cacau, café e pimenta biológicos, baseados no modelo de associações de produtores e no surgimento de cooperativas de produção.

Com o engajamento forte do Governo Santomense e os apoios de diferentes entidades e parceiros privados, tendo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) como um parceiro fundamental para a dinamização deste processo, com uma contribuição financeira de 6 milhões de dólares (60,9%), e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) com 0,7 milhões de dólares (6,9%), o programa tem vindo a conhecer bons resultados. A parceria com empresas privadas para assegurar a compra dos produtos no mercado internacional faz com que este processo se torne ainda mais estável e dinâmico.

Todo este processo trouxe consigo uma nova dinâmica e abordagem no processo produtivo nacional, despertando o interesse dos agricultores em agrupar-se em associações e cooperativas, tendo observado um grau de evolução muito favorável desde o ponto de vista organizacional, económico e social dos seus membros.

In this sense, the Government of Sao Tome and Principe, through the Smallholder Commercial Agriculture Project (PAPAC) continues the work started by the National Program to Support Smallholder Agriculture (PNAPAF) and by the Participatory Smallholder Agricultural and Artisanal Fisheries Development Program (PAPAFPA) on reducing poverty and food insecurity in rural areas. With the specific goal of providing to the most vulnerable households the opportunities to access a sustainable income – as a result of a fair assessment of their agricultural and livestock production for export and the local market. These programs, which are in place since 2003, and have the "Differentiated Quality as a Strategy for the Sustainable Development in Sao Tome and Principe", consist in the development of agricultural sectors with differentiated capability, especially in the production of cocoa, coffee and organic pepper, based on the model of producer associations and in the emergence of production cooperatives.

With the active engagement of Local Government and the support of different entities and private partners, and having as key partners for the promotion of this process the International Fund for Agricultural Development (IFAD) – with a financial contribution of 6 million dollars (60.9%) –, and the French Development Agency (AFD) – with 0.7 million dollars (6.9%), the program has reached good results. The partnership with private companies to ensure the purchase of products by the international market makes this process even more stable and dynamic.

This process brought with it a new and dynamic approach to the national production process, making farmers interested in gathering in associations and cooperatives; and their members have already experienced many advances regarding organizational, economic and social impacts.

Podemos observar alguns indicadores ao nível de várias cooperativas de exportação de produção biológica.
No caso da Cooperativa de Exportação de Pimenta e Especiarias (CEPIBA), esta conta com apoio de um privado (HOME TER) que garante a compra de toda a produção da mesma. Nas tabelas 1 e 2 podemos ver a evolução da CEPIBA com respeito a vários indicadores: o comportamento da produção, a evolução da quantidade de produto exportado, o número de comunidades envolvidas ao longo do processo, o número de famílias, etc.

We can observe some indicators at the level of several organic productions exporting cooperatives. In the case of the Pepper and Spices Export Cooperative (CEPIBA), it has the support of a private entity (HOME TER) that guarantees the purchase of the entire production. In tables 1 and 2 we can see the evolution of CEPIBA, regarding several indicators: the behavior of production, the development in the amount of exported product, the number of communities and the number of families involved throughout the process, and so on.

Tabela 1: Exportação de Pimenta Biológica

Ano	Exportação de Pimenta Biológica (toneladas)
2008 (venda interna)	1,8
2009	3
2010	4
2011	5
2012	2,4
2013	2,3
2014	***9,6***
2015	***6,3***
2016	***12***
2017	***14***
Total exportado até 2017	***60,4***

Table 1: Organic Pepper Export

Year	*Organic Pepper Export (tonnes)*
2008 (internal sales)	*1.8*
2009	*3*
2010	*4*
2011	*5*
2012	*2.4*
2013	*2.3*
2014	*9.6*
2015	*6.3*
2016	*12*
2017	*14*
Total exported until 2017	*60.4*

Tabela 2: Evolução da Cooperativa de Exportação de Pimenta e Especiarias (CEPIBA)

Designação	Unidade	2015	2016	2017
Comunidades beneficiárias	Número	19	26	26
Família de agricultores beneficiária	Número	237	287	372
Conjunto de família de agricultores beneficiária (dirigida por mulheres)	Número	72	108	130
Aumento da receita média anual dos produtores (exportação)	Mil novas Dobras	9	15	20
Aumento da produção comercializada	Tonelada	6,3	12	14

Table 2: Evolution of the Pepper and Spices Export Cooperative (CEPIBA)

Designation	*Unit*	*2015*	*2016*	*2017*
Beneficiary communities	*Number*	*19*	*26*	*26*
Beneficiary farming families	*Number*	*237*	*287*	*372*
Beneficiary farming families (run by women)	*Number*	*72*	*108*	*130*
Average annual revenue growth of producers (export)	*In thousand new Dobras*	*9*	*15*	*20*
Increase in marketed production	*Ton*	*6.3*	*12*	*14*

24 614 Dbs. = 1 EUR

No caso da Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico (CECAB), esta conta com a parceria da empresa KAOKA que garante a compra da toda a produção. Está numa trajetória ascendente, conseguiu melhorar o rendimento dos agricultores com a valorização do produto através da certificação "*Fair For Life*", melhorando assim a renda dos mesmos na ordem de 70%. A Cooperativa, através de um fundo social, possível pelo sobrepreço pago pelo Cacau, apoia os seus cooperantes com assistência medicamentosa, em situações difíceis (morte), com programas contra abuso na utilização do álcool, com o financiamento de algumas infraestruturas (como pontes, cantinas comunitárias, etc.), com a organização de atividades socio-recreativas, entre outros. Podemos observar nas tabelas 3 e 4 a evolução da CECAB de acordo com vários indicadores.

The Organic Cocoa Production and Export Cooperative (CECAB) has the partnership of the KAOKA Company, which guarantees the purchase of all the production. This cooperative is in an upward trajectory, as it managed to improve the farmers' income by around 70%, with the valorization of the product through the "Fair For Life" certification. The cooperative, through a social fund – made possible by the overprice paid by cocoa – gives their co-operators medical assistance, support in difficult times (death), alcohol abuse fighting programs, finances some infrastructures (bridges, community canteens, and so on), organizes socio-recreational activities, gives subsidies for buying copper sulfate, lime, grafted plants, pruning, grafted plants with a view to cocoa trees rehabilitation, and so on). In Tables 3 and 4 we can observe the evolution of CECAB, according to several indicators.

Tabela 3: Exportação de Cacau Biológico

Ano	Exportação de Cacau Biológico (toneladas)
2004	40
2005	67
2006	130
2008	327
2010	422
2012	483
2014	940
2016	1000
2017	1050
Total exportado até 2017	4459

Table 3: Organic Cocoa Export

Year	*Organic Cocoa Export (tonnes)*
2004	*40*
2005	*67*
2006	*130*
2008	*327*
2010	*422*
2012	*483*
2014	*940*
2016	*1000*
2017	*1050*
Total exported until 2017	*4459*

Tabela 4: Evolução da Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico

Designação	Unidade	2005	2015	2017
Comunidades beneficiárias	Número	11	44	44
Família de agricultores beneficiária	Número	400	2142	2200
Aumento da receita média anual dos produtores e das culturas para exportação	Mil novas Dobras	-	27	27
Aumento da produção comercializada	Tonelada	67	1000	1050

Table 4: Evolution of the Organic Cocoa Production and Export Cooperative

Designation	*Unit*	*2005*	*2015*	*2017*
Beneficiary communities	*Number*	*11*	*44*	*44*
Beneficiary farming families	*Number*	*400*	*2142*	*2200*
Increase in the average annual income of producers and crops for export	*In thousand new Dobras*	*-*	*27*	*27*
Increase in marketed production	*Ton*	*67*	*1000*	*1050*

Com o desenvolvimento das fileiras de produção de qualidade diferenciada, as duas cooperativas têm contribuído muito para uma maior profissionalização dos produtores agrícolas, assim como para melhorar o envolvimento das comunidades e das mulheres nos trabalhos produtivos.
Esta dinâmica tem permitido aos agricultores familiares de São Tomé e Príncipe, associados às Cooperativas e outras organizações de agricultores, uma renda mensal e uma melhoria das suas condições de vida muito expressiva.
Sinal dessa trajetória, note-se que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (CONSAN-STP) criou um Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar e o país é hoje o país africano com maior área agrícola dedicada à Agricultura Biológica (13,8% em 2017 [1]).

With the development of differentiated quality production sectors, the two cooperatives have significantly contributed towards greater professionalization of agricultural producers, as well as to the improvement of the involvement of communities and women in productive jobs.
This dynamic has allowed the farmers of Sao Tome and Principe, associated with cooperatives and other farmers' organizations, a monthly income and a massive improvement in their living conditions.
As a sign of this trajectory, we should note that the National Food Security and Nutrition Council of São Tomé and Príncipe (STP-CONSAN) created a Family Farming Working Group and the country is now the African country with the greatest farming area devoted to Organic Agriculture (13.8% in 2017 [1]).

1. FiBL & IFOAM. *The World of Organic Agriculture 2018*. Disponível em: https://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2018.html

1. FiBL & IFOAM. The World of Organic Agriculture 2018. Available on https://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2018.html

A Construção de um Mercado de Produtos de Qualidade Diferenciada na CPLP

The Construction of a Market for Differentiated Quality Products in the CPLP

Pedro Carlos Alves

Representante do Mecanismo do Setor Privado no CONSAN-CPLP

Representative of the Mechanism for the Facilitation of the Private Sector Participation in the CONSAN-CPLP

A Relevância da Agricultura Familiar

A Agricultura começou por ser familiar, ou de clã, e este modelo económico atravessou todas as épocas e civilizações chegando aos dias de hoje. O seu objetivo sempre foi contribuir para melhorar as hipóteses de sobrevivência, num mundo aonde a escassez de alimentos disponíveis era a norma, situação que, infelizmente, ainda afeta várias populações.

Os agricultores familiares têm de aproveitar ao máximo os seus terrenos, de forma a terem, de preferência, alimentos variados ao longo de todo o ano – há sociedades nas quais os agricultores familiares fazem monocultura para trocarem a produção por outros alimentos. Assim, produzem várias espécies em simultâneo, que poderão ir alterando conforme a estação, se isso fizer sentido – há regiões aonde as variáveis climáticas se mantêm estáveis todo o ano. Muitos deles, não tendo recursos para comprar à indústria sementes melhoradas, ou agroquímicos, escolhem, guardam e semeiam, preferencialmente, as sementes de plantas que consideram mais adequadas em termos de produção; resistência às doenças; ou às condições edafoclimáticas locais. Ao fazer isto, praticam uma agricultura mais "amiga do ambiente", protegendo a biodiversidade, mesmo sem esses propósitos expressos. É daqui que se entende a afirmação do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

The importance of family farming

Agriculture began as being a family or clan activity, and this economic model has crossed all the ages and civilizations to this day. Its objective has always been to contribute to improving the chances of survival, in a world where the scarcity of food available was the norm - a situation that unfortunately still affects several populations.

Family farmers have to make the most of their land so they may, preferably, have different crops throughout the year – there are societies where family farmers use monoculture and exchange products with others. Thus, they produce several species simultaneously, which may change according to the season, if that is possible – there are regions where climatic variables remain stable throughout the year. Many of them, having no resources to buy industrially improved seeds or agricultural chemicals, choose to save and sow, preferably, the seeds of plants that they consider most appropriate regarding production, resistance to disease, or local soil and climate conditions. Doing this, they practice a more "environmentally friendly" agriculture, protecting biodiversity, even without that being the purpose. From this, we can understand the statement of the Director-General of the Food and Agriculture Or-

Agricultura (FAO), feita no contexto da declaração de 2014 como "Ano Internacional da Agricultura Familiar":
"Os agricultores familiares desenvolvem habitualmente atividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhes outorgam um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade".

A relevância da Agricultura Familiar varia conforme a geografia, mas, no caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ela é fundamental para o sustento de grande parte da população em oito dos nove Estados Membros, sendo Portugal a exceção. Por conseguinte, reconhecendo o seu valor estratégico, nomeadamente em termos da Segurança Alimentar e Nutricional das populações desses países, e para tornar efetivo o reconhecimento deste setor, a CPLP construíu as **"Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados Membros da CPLP"**.

Produtos de Qualidade Diferenciada da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar, ao preservar variedades tradicionais, distintas das industriais, apresenta ao mercado produtos com qualidades intrínsecas próprias, eventualmente, mais nutritivas e saudáveis. Por outro lado, seguindo modos de produção sustentáveis e amigos do ambiente, poderão diminuir a exposição dos consumidores aos agroquímicos de síntese. Outra consequência do fomento da Agricultura Familiar será a fixação das populações nos territórios rurais, contribuindo para um desenvolvimento económico mais equilibrado e sustentável. Isto ficou claro na Diretriz 5.10:
"Os Estados Membros devem estimular a diversificação e a produção de alimentos saudáveis que contribuam para a melhoria da dieta alimentar do conjunto da população e de bens e serviços que contribuam para o desenvolvimento territorial e apoiar sistemas de certificação participativa ou pública de produtos e sistemas produtivos".

ganization of the United Nations (FAO) made in the context of the Declaration of 2014 as the "International Year of Family Farming":
"Farmers usually develop agricultural activities which are non-specialized and diverse, which grant them a key role in ensuring the sustainability of the environment and the preservation of biodiversity."

The relevance of family farming varies according to geography, but, in the case of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), it is crucial for the livelihood of the majority of the population in eight of the nine Member States, with the exception of Portugal. Therefore, recognizing its strategical value, namely concerning Food Security and Nutrition of the these countries' populations, and to make this sector recognized, the CPLP developed the ***Guidelines for Support and Promotion of Family Farming in CPLP Member States.***

Differentiated Quality Products from Family Farming

While preserving traditional varieties distinct from the industrial ones, Family Farming presents to the market products with intrinsic qualities of their own, and eventually, more nutritious and healthier. On the other hand, using environmentally friendly and sustainable production methods can decrease the exposure of consumers to synthetic agrochemicals. Another consequence of the promotion of family farming will be the establishment of populations in rural areas, contributing to a more balanced and sustainable economic development, which became evident in the Guideline 5.10:
"Member States shall encourage the diversification and production of healthy foods which contribute to the improvement of the diet of the population as a whole; and of goods and services which contribute to the territorial development and to support participatory or public certification of products and production systems".

Nela, chama-se a atenção para a importância da certificação dos produtos e sistemas produtivos, para facilitar o acesso aos mercados, mencionado na Diretriz 5.11:
"(...) promover o fortalecimento (...) da agricultura familiar (...) por forma a desenvolver a sua capacidade de intervenção nas áreas da (...) comercialização e distribuição de alimentos (...) que lhes permitam aceder a mercados locais e institucionais, regionais e internacionais e a mecanismos de comércio justo e solidário".

O acesso aos mercados é basilar para a sustentação económica destes agricultores, que enfrentam, quer a concorrência dos grandes produtores, quer o modo de funcionamento das grandes cadeias de distribuição, ainda "pouco amigável" para a sua situação, algo que já está a mudar – a incapacidade de fornecer, sustentadamente, grandes quantidades é o grande empecilho à entrada na grande distribuição, que funciona nessa base. Está demonstrado, contudo, que aquela vende pequenas produções, desde que com qualidade reconhecida e de grande valor acrescentado. Assim, a CPLP, reconhecendo este facto, redigiu a Diretriz 5.12:
"(...) devem envidar esforços para promover ativamente o reconhecimento da qualidade diferenciada dos produtos da agricultura familiar (...)".

In it, attention is drawn to the importance of product certification and production systems to facilitate the access to markets, mentioned in Guideline 5.11:
"(...) promote the strengthening (...) of family farming (...) to develop their ability to intervene in the areas of (...) food marketing and distribution (...) allowing them to access the local and institutional, regional and international markets, and to fair and inclusive trade mechanisms".

The access to the markets is the basis for the economic support of these farmers, who face both the competition from mass producers and the operation model of large distribution chains, still "unfriendly" to their situation. The inability to consistently provide large amounts is the great obstacle to the entry in the large distribution, which works on that assumption. It has been shown, however, that large chains sell small productions, as long as with recognized quality and high added value. Recognizing this, the CPLP drafted Guideline 5.12:
"(...) must make efforts to actively promote the recognition of the differentiated quality of family farming products (...)".

Desenvolvimento Sustentável

O grande incentivo para que a Agricultura Familiar seja reconhecida e apoiada pelos Governos, ou que tenha os seus produtos reconhecidos como sendo de qualidade diferenciada, é o movimento em prol do "Desenvolvimento Sustentável". As ideias podem ser resumidas nas seguintes formas:

Sustainable Development

The big incentive for family farming to be recognized and supported by Governments, or to have their products recognized as being of differentiated quality, is the movement towards "Sustainable Development." Its ideas can be summarized in the following way:

Desenvolvimento Sustentável	*Sustainable Development*
=	=
Desenvolvimentos (Social + Económico + Cultural)	*(Social + Economic + Cultural) Development*

As condições:
· Tradição (Respeito pelo passado);
· Civilização (Respeito pelas gerações atuais);
· Inovação (Respeito pelo futuro);
· Permitem o Desenvolvimento Sustentável.

The conditions:
· Tradition (respect for the past);
· Civilization (Respect for current generations);
· Innovation (Respect for the future);
· Enable the Sustainable Development.

Denominação de Origem Protegida (DOP)/ Indicação Geográfica

O conceito de associar um produto a um local, atribuindo as qualidades daquele a essa geografia, é extremamente antigo. No Antigo Testamento está o seguinte registo no Livro de Job (22:24): "***E deitares o teu tesouro no pó, e o ouro de Ofir nas pedras dos ribeiros***". Vemos aqui uma associação clara: o ouro de Ofir seria duma qualidade superior aos demais. A utilização de tal ideia no sistema económico internacional foi acontecendo ao longo dos tempos, notavelmente com as porcelanas e sedas chinesas. No entanto, o uso moderno institucional começou em Portugal, no século XVIII, pela mão do Primeiro-Ministro Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Nessa época, certo vinho português era exportado para Inglaterra a partir da cidade do Porto. Os consumidores ingleses começaram a distinguí-lo, chamando-lhe Vinho do Porto e pagando por ele um preço elevado. A sua fama e preço tornaram-se de tal forma evidentes, que outros produtores de vinho – portugueses, espanhóis, franceses, holandeses – começaram a usar o nome Porto noutros vinhos. Mas também na região de produção começaram a ser feitas fraudes, quer na qualidade do vinho, quer introduzindo vinhos de outras regiões. Para resolver estas questões, o Primeiro Ministro:

1. Criou um Agrupamento de Produtores – Companhia dos Vinhos do Porto – e encarregou-a de tomar conta de todos os assuntos relativos à produção, comercialização e promoção do Vinho do Porto;
2. Mandou estudar e fazer a delimitação da região de produção;
3. Mandou estudar, definir e fixar as características do produto e as regras de produção;
4. Mandou registar por lei o nome Porto, para vinho, criando a 1.ª DOP do mundo.

Protected Designation of Origin (PDO) / Protected Geographical Indication (PGI)

The concept of associating a product with a location, assigning its qualities to the geography is ancient. In the Biblical Old Testament, we can find the following record, in the book of Job (22:24): "And lay your treasure in the dust and the gold of Ophir among the stones of the brooks". *We see here a clear association: the gold of Ophir would be of superior quality. This idea has been going on over the years in the international economic system, notoriously with the Chinese porcelain and silks. However, its modern institutional use began in Portugal in the eighteenth century, by the hand of the Prime Minister Sebastião José de Carvalho e Melo, better known as the Marquis of Pombal. At that time, a specific Portuguese wine was exported to England from the city of Porto. British consumers began to distinguish it, calling it Port wine and paying a high price for it. Its fame and cost have become so evident, that other producers of wine – from Portugal, Spain, France, and Holland – started using the name Port in other wines. Also in its origin region frauds were made, either in the quality of the wine or by introducing wines from other regions. To address these issues, the Prime Minister:*

1. *Created a Group of Producers – Companhia dos Vinhos do Porto (Port Wine Company) – and instructed it to take care of all matters relating to the production, the marketing and the promotion of port wine;*
2. *Ordered the delimitation and a study of the production region;*
3. *Commissioned the research, definition and laying down of the characteristics of the product and the production rules;*
4. *Legally registered the name Port for wine, creating the 1st PDO of the world.*

Associar a Agricultura Familiar à DOP

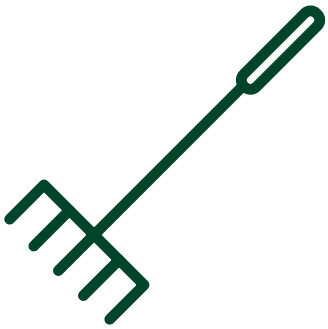
A história do sucesso da iniciativa do Marquês de Pombal mostra que os conceitos DOP ou Indicação Geográfica poderão ser muito úteis para a sustentabilidade da Agricultura Familiar. Felizmente, nos nossos dias, pode-se ir mais longe adicionando outras qualificações aos produtos que, na altura, nem eram pensáveis: nutrição; ecologia; economia justa; etc. E para ilustrar como há mercado para estes produtos, tomem-se os valores das vendas dos produtos com Indicação Geográfica em 2010, ano ainda sob o efeito da crise de 2008: 54,3 mil milhões de euros, a nível global (+12% do que em 2005). Ou seja, nem a grande crise de 2008 os afetou negativamente! Sem dúvida que a Agricultura Familiar tem muito a ganhar com a Qualificação dos seus produtos.

Associate Family Farming to PDO

The story of success of the Marquis' initiative shows that the PDO or Geographical Indication concepts could be beneficial for the sustainability of Family Farming. Fortunately, nowadays, one can go further by adding other qualifications to products which, at the time, couldn't even be thought: nutrition, ecology, fair trade, and so on. And to illustrate how there is a market for these products, we can see the sales of products with a Geographical Indication in 2010, a year still under the effect of the crisis of 2008: 54.3 billion euros, at the global level (+12% than in 2005). In other words, nor even the great crisis of 2008 affected them negatively! There is no doubt that Family Farming has much to gain with the Qualification of their products.

O papel das Universidades na ESAN-CPLP e no apoio à Agricultura Familiar

The role of universities in the ESAN-CPLP and in support of Family Farming



Maria Rita Marques de Oliveira

Secretária do Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades no CONSAN-CPLP
Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/ Universidade Estadual Paulista

Secretary of the Mechanism for the Facilitation of the Participation of Universities in CONSAN-CPLP
Center for Science, Technology, and Innovation on Food Sovereignty, Food Security and Nutrition/ Universidade Estadual Paulista

Com seu Comité de coordenação constituído em 2015, o Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidade no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (MU-CONSAN-CPLP) congrega um grupo de pesquisadores dos Estados Membros em atividades de cooperação e intercâmbio entre universidades, bem como com outros segmentos do CONSAN-CPLP. O propósito é fortalecer processos de ensino, pesquisa e extensão para a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), buscando fazer frente a outros interesses que nem sempre primam pela ética e pelo bem-estar social.

O desafio posto ao MU-CONSAN-CPLP é reposicionar o fazer académico no enfrentamento de macroproblemas globais, valorizando questões locais e todas as formas de conhecimento no âmbito da SAN; transformando coletivamente os modos de construir conhecimento, produzir tecnologias e desenvolver competência e habilidades. Na pauta do MU-CONSAN-CPLP, estão a agricultura familiar como alternativa para a inclusão social e revitalização do sistema alimentar global; a boa nutrição condicionada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à transformação do sistema alimentar; bem como a qualificação dos processos de governança das

With its Coordination Committee set up in 2015, the Mechanism for the Facilitation of the Participation of Universities in the Food Security and Nutrition Council of the Community of Portuguese Speaking Countries (MU-CONSAN-CPLP) brings together a group of researchers from the Member States to co-operate and exchange activities among universities, as well as with other segments of the CONSAN-CPLP. The purpose of the Mechanism is to strengthen processes of teaching, research, and extension for Food Sovereignty and Food Security and Nutrition (FSN), seeking to fight other interests who are not always guided by ethics and social welfare.

The challenge the MU-CONSAN-CPLP faces is to reposition the academic doing in the confrontation of global macro problems, highlighting local issues and all forms of knowledge within the FSN; collectively transforming the ways of building knowledge, producing technologies and develop competence and skills. Family farming is on the agenda of the MU-CONSAN-CPLP as an alternative for social inclusion and revitalization of the global food system, as well as nutrition for the guarantee of the Human Right to Adequate Food (HRAF) and the transformation

políticas públicas de SAN como estratégia para alcançar esses objetivos.

A presença de pesquisadores das universidades nos processos de formulação, implantação e monitoramento das políticas públicas, ou mesmo em processos de pesquisas participativas para responder a questões vitais para o cotidiano das pessoas, é ainda muito tímido nos sistemas de ciência e tecnologia dos países. Em parte porque os pesquisadores nem sempre são chamados para se fazer representar nos fóruns de decisão, até mesmo porque nem sempre percebem a importância disso e não reivindicam esse posto. Na outra parte, a produção científica tem se voltado muito mais para a pesquisa básica e de alta tecnologia, do que para compreender e construir alternativas para a convivência humana e sustentabilidade da vida no planeta frente à complexidade da natureza e das relações sociais.

A tomada de consciência de que será preciso transformar o fazer académico vem da constatação de que estamos buscando respostas em lugares errados, concentrando esforços, recursos, tecnologias e conhecimentos para atender os interesses de uma minoria e por trás dela o imperativo do mercado. Um exemplo vem do próprio financiamento para as pesquisas agrícolas, a maioria delas concentram-se em algumas *commodities* de interesse para a balança comercial. Assim como os currículos académicos têm sido voltados para esses interesses. As iniciativas de fomento para as práticas académicas não têm privilegiado a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Esta última compreendida como a relação dialógica que deve haver entre academia e sociedade para a solução dos problemas de ordem difusa.

O desafio é colocar à mesma mesa cientistas, detentores dos saberes populares e aqueles que tomam as decisões políticas. A pluralidade de olhares certamente proporcionaria tomadas de decisão mais seguras e voltadas aos interesses verdadeiramente coletivos. Aqueles que trabalham com a agricultura familiar sabem o quanto isso é importante no processo de retroalimentação das pesquisas e na formação académica, na ampliação das vozes e empoderamento da comunidade/movimentos sociais e no uso responsável dos recursos públicos.

of the food system, as well as the qualification of governance processes of FSN policies as a strategy to reach these objectives.

The presence of university researchers in the processes of formulation, implementation, and monitoring of public policies, or even in participatory research processes to respond to vital issues to people's daily life, is still timid in the science and technology systems of countries. This is due to, on the one hand, the fact that researchers are not always called to be in decision-making forums – even because sometimes they don't realize the importance of it and don't claim their place; and, on the other hand, scientific production has turned much more into basic and high-tech research than to understanding and building alternatives for human coexistence and sustainability of life on the planet in the face of the complexity of nature and social relations.

The awareness that we must change the academic doing comes from the finding that we are seeking answers in the wrong places, concentrating efforts, resources, technology and knowledge to serve the interests of a minority representing the market's dictate. An example comes from the fundings for agricultural research, as the majority of it focuses on commodities of interest to the trade balance. Also, the academic curriculum has also focused on those interest. The promotion initiatives for educational practices have not privileged the integration between teaching, research, and extension. The latter, understood as a dialogical relationship there must be between Academy and society for the solution of problems of diffuse order.

The challenge is to have, at the same table, scientists, the holders of the traditional knowledge and those who make political decisions. The plurality of perspectives certainly would provide safer decision-making directed to genuinely collective interests. Those who work with family farming know how important this is in the process of research feedback and academic training, in the expansion of the voices and community/social movements' empowerment and the responsible use of public funds.

A inserção das práticas académicas nos processos comunitários não só promove e fortalece o desenvolvimento local, como também qualifica o processo de ensino. Não só isso, a presença da academia deveria permear todos os cenários do sistema alimentar e das políticas que o sustentam, colocando em prática habilidades que são próprias do pesquisador, de forma contextualizada na realidade, sem com isso substituir outros papéis, como por exemplo o do Estado. A pesquisa aplicada e os processos de formação contextualizados na realidade são desafios que o MU-CONSAN-CPLP vem colocando na sua pauta de auto formação. As Escolas de Verão, como vêm sendo chamados os encontros de pesquisadores do mecanismo, tem-se prestado a esse papel.

Os processos académicos de cooperação proporcionam intercâmbios de tecnologias, de conhecimentos e de metodologias. No âmbito da cooperação internacional, novas estratégias vêm surgindo, as quais têm privilegiado a formação de mecanismos de integração regional capazes de priorizar o bem-estar social, como é o caso da CPLP. No contexto desses arranjos regionais é que surgem redes colaborativas, como por exemplo o mecanismo das universidades, que vem buscando fortalecimento mútuo e interdependente. Da lógica do fazer para os outros, passe-se para a lógica do fazer uns com os outros, onde todos aprendem. Busca-se a cooperação estruturante, de forma horizontal, construindo parcerias, promovendo o intercâmbio de experiências, o conhecimento conjunto e a partilha de resultados. Esse tipo de cooperação possibilita o fortalecimento das instituições e talentos locais, além de promover a formação, a construção de conhecimentos e soluções tecnológicas contextualizadas em cada realidade.
No que diz respeito ao avanço tecnológico, as soluções até agora adotadas para atender as necessidades alimentares dos humanos no planeta não tem, salvo poucas exceções, respeitado os direitos das gerações atuais e futuras. Isso pode ser tomado como pressuposto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A grande tarefa será agora colocá-los nas pautas dos governos, transformando intenção em políticas públicas efetivas, as quais sejam adequadas às necessidades particulares de cada país, de cada coletivo e de cada pessoa.

The insertion of academic practices in the community processes not only promotes and strengthens local development, but also qualifies the teaching process. Also, the presence of the Academy should permeate all scenarios of the food system and policies that support it, putting into practice the researchers' specific skills, in a contextualized manner, without overriding other roles, such as the State's. The applied research and contextual formation processes are challenges the MU-CONSAN-CPLP has been putting on its self-training agenda. Summer Schools, as we've been calling the mechanism's researcher's meetings, have taken this role.

Academic cooperation processes provide an exchange of technologies, knowledge, and methodologies. Within the framework of international cooperation, new strategies come popping up, and they have privileged the formation of regional integration mechanisms able to prioritize social welfare, such as in the case of the CPLP. The Mechanism of Universities, which has been seeking mutual and interdependent strengthening, is an example of these collaborative networks arising in the context of these regional arrangements. Instead of doing for others, we can change the logic into doing with each other, where everybody learns. We search for structuring cooperation, horizontally, building partnerships, promoting the exchange of experience, joint learning and sharing of results. This cooperation enables the strengthening of institutions and local talent, in addition to supporting training, construction of contextualized knowledge and technological solutions in each reality.
Regarding technological advancement, the solutions adopted so far to meet the food needs of humans on the planet don't have, with a few exceptions, respected the rights of current and future generations. We can take this as an assumption for the Sustainable Development Goals. The big task will now be to place them in the governments' agendas, transforming intention into real policies, adjusted to the particular necessities of each country, of each collective and each person.

No âmbito do MU-CONSAN-CPLP, o processo de cooperação mediado pelo meio virtual (https://nutrissan.rnp.br/) tem proporcionado a execução de um plano de trabalho que inclui a elaboração e oferecimento de cursos online, incluindo uma pós-graduação (especialização) e um estudo de mapeamento das instituições de ensino e ofertas formativas, associado a um levantamento de prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão em SAN na CPLP.

A perspetiva territorial, com ênfase no conhecimento tradicional e empoderamento de minorias desfavorecidas, incluindo as mulheres, tem sido priorizada nas reflexões do MU-CONSAN-CPLP. Essa foi também a tónica da Reunião de Alto-Nível sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP, pautada pelo documento de diretrizes para a CPLP. Neste documento existem recomendações valiosas, existem também muitas perguntas a serem respondidas. E os pesquisadores não podem ter a pretensão de buscar sozinhos as respostas, mas podem e têm o compromisso social de instigar, promover e participar da criação soluções coletivas. Soluções essas que repousam nos processos formativos de gestores, técnicos, agricultores e consumidores, bem como no desenvolvimento de tecnologias sociais.

In the scope of the MU-CONSAN-CPLP, the process of cooperation happens through online resources (https://nutrissan.rnp.br/). This has for the execution of a working plan which includes the elaboration and delivery of online courses - including a post-graduation (specialization) - and a mapping of the education institutions and formative offers, along with a survey of priorities for education, research and extension in FSN in the CPLP.

The territorial perspective, with emphasis on traditional knowledge and empowerment of disadvantaged minorities, including women, have been prioritized in the reflections of the MU-CONSAN-CPLP. This perspective was also the focus of the High-Level Meeting on Family Farming and Sustainable Development in the CPLP, which was supported by the document of guidelines for the CPLP. In this document, there are valuable recommendations, and there are also many questions to be answered. Moreover, the researchers cannot have the pretension of getting answers on their own; instead, they may and have the social commitment to instigate, promote and participate in the creation of joint solutions. These solutions lie in the training processes of managers, technicians, farmers, and consumers, as well as in the development of social technologies.

© FAO/Giuseppe Bizzarri : p44

© FAO/Rhodri Jones : p22

© FAO/Paballo Thekiso : as restantes/*all the others*

© ***Design:*** Forma,design

Esta publicação promovida pelos escritórios da FAO em Portugal e junto da CPLP e pelo Ministério da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Rural, com o apoio do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, integra a coletânea das principais comunicações e resultados da Reunião de Alto-Nível de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP. Esta reunião foi organizada pelo Governo Português com o apoio da FAO, em Lisboa, de 5 a 7 de fevereiro de 2018. A iniciativa integrou a Cimeira de Ministros da Agricultura da CPLP, da qual resultou a Carta de Lisboa, tendo como objetivo principal o reconhecimento da importância da Agricultura Familiar e o reforço do compromisso dos Estados-Membros da CPLP com a implementação de políticas e de estratégias tendentes a reduzir as desigualdades.

This publication, developed by FAO Information Office for Portugal, CPLP and the Ministery of Agriculture, Forest and Rural Development, with the support of the Office of Planning, Policy and General Administration and the Executive Secretariat of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), collects the main communications and results of the High Level Meeting on Family Farming and Sustainable Development in the CPLP held in in Lisbon, on February 5 and 7th, 2018.
The meeting was organized by the Portuguese Government and the Executive Secretariat of the CPLP, with support from FAO, and was part of the Meeting of CPLP Agriculture Ministers. The initiative led to the signing of the Lisbon Charter, whose main purposes are ensuring recognition of the importance of Family Farming and to reinforce the commitment of the CPLP Member States to implement policies and strategies aimed at reducing inequalities in the region.

Edição

GPP GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL